

www.pwc.com.br

Santo Antonio

Energia S.A

Demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2022

e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Santo Antônio Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras Santo Antônio Energia S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santo Antônio Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Santo Antônio Energia S.A.

Porque é um PAA

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10)

A Companhia possui R\$ 2.077.782 mil em imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em 31 de dezembro de 2022, substancialmente oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, além de diferenças temporárias entre as bases fiscal e contábil. Esses créditos foram registrados na medida em que a administração considera que gerará lucros tributáveis futuros suficientes para a sua utilização.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a análise de realização destes ativos envolve julgamentos importantes e subjetivos para determinar as bases tributárias futuras, advindas das projeções de resultado da Companhia, que levam em consideração diversas premissas, dentre as quais, a capacidade de geração de energia no futuro (impactada por riscos hidrológicos), o preço contratado e corrigido dessa energia, além de premissas de custo operacionais e financeiros da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos:

Obtivemos entendimento do processo de revisão do plano de negócios que é utilizado para a análise da realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Envolvemos nossos especialistas em temas tributários, assim como em avaliação de empresas, para nos auxiliar nos testes dos cálculos dos créditos e em relação aos modelos e premissas críticas utilizados pela administração na preparação das projeções do fluxo de caixa futuro, base para a expectativa de geração de lucros tributáveis. Comparamos essas premissas com informações macroeconômicas divulgadas no mercado.

Analisamos a razoabilidade do prazo de utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados ao longo dos exercícios futuros, bem como discutimos as premissas utilizadas pela administração nas suas projeções. Testamos a coerência lógica e aritmética dos cálculos apresentados nas projeções, efetuamos testes de sensibilidade para as principais premissas das projeções.

Adicionalmente, analisamos a consistência dessas estimativas de realização em relação aos utilizados nos exercícios anteriores e efetuamos leitura das divulgações em notas explicativas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia para a determinação dos créditos tributários, bem como as divulgações efetuadas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.



Santo Antônio Energia S.A.

Porque é um PAA

Análise quanto a redução ao valor recuperável ("impairment") do ativo imobilizado (Nota 11)

Os relevantes saldos do ativo imobilizado são compostos principalmente, pelos custos de construção da usina de geração hidroelétrica, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável.

A avaliação do valor recuperável é realizado com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados da Companhia.

As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base na melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos da Companhia, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções como perspectivas de crescimento da economia brasileira, taxa de desconto, receitas projetadas e despesas por UGC.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Companhia para o ativo imobilizado.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos:

Avaliamos a governança em torno desse processo, incluindo a aprovação dos orçamentos utilizados nesse cálculo.

Avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, a coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão da taxa de desconto e do modelo de fluxo de caixa descontado.

Adicionalmente, comparamos as projeções anteriores com os resultados auferidos, bem como verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição e/ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos.

Efetuamos ainda, a leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos ativos são razoáveis e consistentes com os dados e informações obtidos em nossa auditoria.

Finalização Arbitragem (Nota 1.6)

Em 7 de fevereiro de 2022 foi proferida Sentença Arbitral desfavorável à Companhia, culminando na formalização de acordos entre as partes e subsequente encerramento do Procedimento Arbitral CCI nº1.511/ASM/JPA. A perda da Arbitragem, representou os seguintes impactos financeiros à Companhia:
No resultado do exercício R\$ 1.780.293 mil pela

Entre outros, efetuamos os seguintes principais procedimentos de auditoria:

Efetuamos a leitura da Sentença e dos acordos firmados pela Companhia, bem como discutimos com a administração os principais aspectos das contabilizações. Adicionalmente, inspecionamos os atos societários referentes ao aporte de capital feito



Santo Antônio Energia S.A.

Porque é um PAA

perda do ativo financeiro apresentado como "dispêndios reembolsáveis" e pelo pagamento de custos adicionais relacionados à construção da UHE

No Ativo imobilizado, R\$ 183.530: pela capitalização de gastos com pessoal incorridos no período da construção da UHE;

No caixa R\$ 1.498.000 mil, pelo pagamento de custos adicionais e devoluções de retenções contratuais. Estes valores já contemplam a dedução do montante julgado em favor da Companhia que totalizou R\$ 106.291 mil.

Para realizar os referidos pagamentos, foi necessário aporte de capital de acionista (Furnas), que passou a ser controlador indireto da Companhia.

Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria devido a sua relevância no resultado da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

pelo, agora, acionista controlador da Companhia, além da totalidade dos pagamentos realizados para o encerramento da arbitragem.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os valores contabilizados relacionados a finalização da arbitragem estão adequadamente suportados e fundamentam as divulgações efetuadas em notas explicativas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor

adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Santo Antônio Energia S.A.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 4 de fevereiro de 2022, sem ressalvas e com a ênfase sobre o seguinte tema: Investigações legais - riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou



Santo Antônio Energia S.A.

erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Santo Antônio Energia S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2023

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Vinicius Ferreira Britto Rego', is written over a faint, larger version of the same signature.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
 Signed By: VINICIUS FERREIRA BRITTO REGO:92933610515
CPF: 92933610515
Signing Time: 13 de março de 2023 | 18:02 BRT

Vinicius Ferreira Britto Rego
Contador CRC 1BA024501/O-9

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	Nota explicativa	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	923.146	179.627	Fornecedores	13	230.577	169.250
Contas a receber	5	474.234	417.219	Obrigações estimadas com pessoal		23.131	21.950
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		25.539	10.818	Empréstimos e financiamentos	14.1	655.361	116.120
Tributos compensáveis		4.949	5.437	Debêntures	14.2	498.904	541.358
Estoques		91.215	83.320	Impostos e contribuições	15	57.286	54.625
Depósitos em garantia	6	135.323	146.549	Adiantamentos de clientes	16	64.270	146.296
Despesas pagas antecipadamente	7	37.193	38.431	Encargos regulamentares e setoriais	17	69.254	69.292
Adiantamentos a Fornecedores	8	74.297	5.122	Cauções em garantia	18	18.271	20.567
Outros ativos	9	52.352	41.177	Concessões a pagar	19	27.963	26.234
Total do ativo circulante		1.818.248	927.700	Provisões socioambientais	20	158.794	211.874
				Outras contas a pagar	21	8.135	5.110
				Outras provisões	22	-	168.032
				Total do passivo circulante		1.811.946	1.550.708
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		12.034	11.792	Empréstimos e financiamentos	14.1	13.546.024	12.827.607
Tributos compensáveis		92	125	Debêntures	14.2	5.341.159	5.205.414
Depósitos em garantia	6	37.314	34.076	Impostos e contribuições	15	57.076	78.591
Despesas pagas antecipadamente	7	37.978	73.120	Adiantamentos de clientes	16	129.484	193.053
Dispêndios reembolsáveis		-	1.483.066	Encargos regulamentares e setoriais	17	24.814	12.135
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	2.077.782	2.308.282	Cauções em garantia	18	2.757	769.897
Outros ativos	9	7.974	2.797	Concessões a pagar	19	289.817	278.661
				Obrigações vinculadas à concessão		5.848	5.899
				Provisões socioambientais	20	174.245	292.384
				Provisão para contingências	23	202.782	44.050
				Outras contas a pagar	21	82.072	2.043
				Outras provisões	22	-	492.017
				Total do passivo não circulante		19.856.078	20.201.751
				TOTAL DO PASSIVO		21.668.024	21.752.459
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24		
Imobilizado	11	17.069.734	17.608.074	Capital social		11.246.908	9.664.356
Intangível	12	1.110.637	1.145.167	Prejuízos acumulados		(10.743.139)	(7.822.616)
Total do ativo não circulante		20.353.545	22.666.499			503.769	1.841.740
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.171.793	23.594.199
TOTAL DO ATIVO		22.171.793	23.594.199				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Demonstração do resultado
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	4.137.130	3.757.969
Receita líquida de venda de energia		4.137.130	3.757.969
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	27.1	(3.426.420)	(2.264.076)
Custo com energia elétrica		(2.163.416)	(1.146.484)
Custo de operação		(1.263.004)	(1.117.592)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		710.710	1.493.893
Despesas gerais e administrativas	27.2	(162.040)	(80.557)
Outras receitas		1.826	87
RESULTADO OPERACIONAL		550.496	1.413.423
Receitas financeiras	28	360.449	265.021
Despesas financeiras	28	(3.600.969)	(3.474.871)
DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS		(3.240.520)	(3.209.850)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(2.690.024)	(1.796.427)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(230.499)	1.802.940
PREJUÍZO/LUCRO DO EXERCÍCIO		(2.920.523)	6.513
Lucro básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em reais)		-	0,65

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Demonstração do resultado abrangente
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado do exercício	<u>(2.920.523)</u>	<u>6.513</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(2.920.523)</u>	<u>6.513</u>
Resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Controladora	<u>(2.920.523)</u>	<u>6.513</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Demonstração das mutações do patrimônio líquido
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021		9.664.356	(7.829.129)	1.835.227
Lucro do exercício		-	6.513	6.513
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	24	<u>9.664.356</u>	<u>(7.822.616)</u>	<u>1.841.740</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2022	24	9.664.356	(7.822.616)	1.841.740
Capital Integralizado em 03.06.2022	24	681.374	-	681.374
Capital Integralizado em 10.06.2022	24	901.178	-	901.178
Prejuízo do exercício		-	(2.920.523)	(2.920.523)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	24	<u>11.246.908</u>	<u>(10.743.139)</u>	<u>503.769</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Demonstração de fluxo de caixa
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício antes do IR e da CS		(2.690.024)	(1.796.427)
Ajustes:			
Juros e variações monetárias, líquidas	28	2.612.588	3.158.333
Depreciações e amortizações	11 e 12	848.654	842.409
Baixa de imobilizado	11	67.165	947
Direito de Concessão – GSF	12	(16.085)	(890.351)
Provisão contingências	23.1	67.616	(1.211)
Perda Arbitragem CCSA	27.1 e 28	1.409.298	-
Provisão Liminar - TUST	22	-	168.032
Amortização dos custos de captação de dívidas	14.1 e 14.2	2.789	3.216
		<u>2.302.001</u>	<u>1.484.948</u>
Variação nos ativos e passivos:			
Contas a receber	5	(57.015)	(59.880)
Estoques		(7.895)	(2.020)
Outros ativos	9	(16.352)	(1.078)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(14.963)	(3.145)
Despesas pagas antecipadamente	7	36.380	17.776
Tributos compensáveis		521	143
Fornecedores - Outros	13	4.308	7.675
Adiantamentos a Fornecedores	8	(69.175)	39.358
Energia elétrica comprada para revenda	13	36.174	(18.156)
Encargo de uso da rede	13	20.845	(37.216)
Cauções em Garantia	18	137	-
Obrigações estimadas com pessoal		1.181	366
Obrigações vinculadas à concessão - P&D		(51)	3.620
Impostos e contribuições sociais	15	(18.854)	64.027
Adiantamento de clientes	16	(145.595)	(138.047)
Encargos regulamentares e setoriais	17	12.641	6.361
Outras contas a pagar	21	(87.859)	4.389
Realizações socioambientais	20	(112.013)	(20.606)
Arbitragem CCSA CCI nº 21.511/ASM/JPA	1.6 (a)	(1.254.091)	-
		<u>630.325</u>	<u>1.348.515</u>
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	14.1 (c)	(463.613)	(1.061.058)
Pagamento de juros e encargos sobre debêntures	14.2 (e)	(200.389)	(126.877)
Pagamento de uso do bem público	19.1	(27.155)	(24.855)
Pagamento de contingências	23.1	(19.154)	(110)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		<u>(79.986)</u>	<u>135.615</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Depósitos em Garantia - Aplicações	6	(675.658)	(1.170.805)
Depósitos em Garantia - Resgates	6	683.646	1.279.987
Adições ao imobilizado	11	(289.888)	(20.533)
Adições ao intangível	12	(3.350)	(2.043)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		<u>(285.250)</u>	<u>86.606</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de financiamentos - Principal	14.1 (c)	(51.827)	(51.342)
Pagamento de debêntures - Principal	14.2 (e)	(421.970)	(253.776)
Aumento de capital do acionista	24	<u>1.582.552</u>	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>1.108.755</u>	<u>(305.118)</u>
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDO		<u><u>743.519</u></u>	<u><u>(82.897)</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	<u>179.627</u>	<u>262.524</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	<u><u>923.146</u></u>	<u><u>179.627</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transações Não Caixa	31/12/2022
Imobilizado - reavaliação da provisão socioambiental	24.095
Intangível - reavaliação da provisão socioambiental	<u>9.532</u>
	<u><u>33.627</u></u>

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Demonstração do valor adicionado
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
RECEITAS	<u>4.616.163</u>	<u>4.194.808</u>
Receitas operacionais	4.614.310	4.194.713
Outras receitas	1.853	95
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	<u>(2.691.728)</u>	<u>(1.489.199)</u>
Serviços de terceiros	(920.931)	(1.203.896)
Materiais	(958.853)	(270.784)
Custos arbitragem CCI 21.511/ASM	(736.261)	-
Outros	(75.683)	(14.519)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>1.924.435</u>	<u>2.705.609</u>
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO	<u>(848.402)</u>	<u>(841.626)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>1.076.033</u>	<u>1.863.983</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras, líquidas	<u>360.449</u>	<u>265.021</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>1.436.482</u>	<u>2.129.004</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>1.436.482</u>	<u>2.129.004</u>
SALÁRIOS E ENCARGOS	<u>97.700</u>	<u>93.003</u>
Remuneração direta	72.134	67.578
Benefícios	20.218	20.389
FGTS	5.348	5.036
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	<u>669.004</u>	<u>(1.443.514)</u>
Federais	551.897	(1.560.273)
Estaduais	116.406	116.051
Municipais	701	708
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	<u>3.590.301</u>	<u>3.473.002</u>
Juros	3.589.585	3.471.799
Aluguéis	716	1.203
REMUNERAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO	<u>(2.920.523)</u>	<u>6.513</u>
Prejuízo/lucro do exercício	(2.920.523)	6.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. A Companhia

A Santo Antônio Energia S.A. (“Companhia”, “SAE” ou “SAESA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, “Categoria B”, nos termos da instrução 480, constituída em 17 de janeiro de 2008, com sede no município de São Paulo, e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (“UHE”) e de seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação, manutenção e exploração da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado.

Em 29 de setembro de 2008, a Companhia recebeu de sua Controladora, Madeira Energia S.A.-MESA (“Controladora” ou “MESA”), por meio de transferência anuída pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a concessão de geração de energia, tornando-se responsável pela construção e operação da usina, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora.

Desde julho de 2022, a MESA passou a ser controlada diretamente pelo acionista Furnas Centrais Elétricas S.A. (nota explicativa nº1.6c), que por sua vez é controlado pela companhia Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-Eletrobras.

O prazo de duração do Contrato de Concessão é de 39 anos e 04 meses (prazo original: 35 anos, prazo adicional Lei 14.052/2020: 04 anos e 04 meses), contados a partir da data de sua assinatura ocorrida em 13 de junho de 2008.

1.2. Capacidade de geração

A Usina Hidrelétrica (“UHE”) Santo Antônio tem capacidade instalada de 3.568 MW, com 50 unidades geradoras do tipo “bulbo” que operam em rio de baixa queda e grande vazão de água.

A sua Licença de Operação vigente (nº 1044/2011 - 1ª Renovação - 2ª Retificação) foi publicada em dezembro de 2019 com validade até 17/05/2026.

Em 31 de dezembro de 2022, a UHE Santo Antônio possui 50 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 2.424,2 MW médios de garantia física.

A Garantia Física da UHE Santo Antônio, a partir de janeiro de 2023, será de 2.313,3 MW médios (redução de 110,9 MW médios) conforme Portaria MME nº 704/GM/MME (nota explicativa nº 1.6b).

1.3. Comercialização de energia elétrica

A UHE Santo Antônio iniciou a sua operação comercial, em 2012, com a entrada da 1ª unidade geradora e a sua geração plena deu-se em dezembro de 2016, quando a 50ª unidade geradora entrou em operação comercial.

A energia assegurada do projeto original da UHE Santo Antônio (44 Unidades Geradoras - 2.218 MW médios) foi comercializada 70% na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEARs, correspondendo a 1.552 MW médios, distribuídos entre 37 contrapartes (empresas distribuidoras de energia elétrica) com vencimento no ano de 2041.

Os 30% restantes da energia assegurada foram negociados na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - CCEALs correspondendo a 665 MW médios, com 08 grandes clientes com vencimento no ano de 2027.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A energia adicional, referente às 6 novas Unidades Geradoras (206,2 MW médios), foi comercializada da seguinte maneira:

- A SAE participou do 19º leilão de energia A-3, no qual vendeu 129,6 MW médios de energia, cujos CCEARs começaram a ser entregues a partir de janeiro de 2017, com vencimento em dezembro de 2046.
- Os 70 MW médios restantes foram comercializados no Ambiente Livre - CCEALs com 2 grandes clientes, cujo vencimento ocorrerá em dezembro de 2029.

1.4. Programa de integridade da Companhia

No que se refere à Lei 12.846/13, desde 2017 a Companhia possui uma Área de “*Compliance*” e Controles Internos que implementou um Programa de Integridade compreendendo um conjunto de mecanismos e procedimentos de controles internos, que tem como objetivo detectar, prevenir e responder irregularidades praticadas contra si ou contra terceiros, desta forma validando que a Companhia mantém seus registros financeiros corretos e fidedignos.

Em 2020, a Área de “*Compliance*” e Controles Internos passou a se chamar Área de Riscos e “*Compliance*”, agregando o monitoramento e acompanhamento dos riscos estratégicos da Companhia. Todas as atividades de *GRC* (“*Governance, Risk and Compliance*”) estão agregadas em uma única unidade, responsável por manter o Programa de Integridade da Companhia vivo e também aperfeiçoar as atividades de controles da Companhia de forma contínua, baseando-se em riscos mapeados. O monitoramento dos riscos corporativos é feito de forma contínua pela Alta Administração, bem como a implementação de planos de ação com a finalidade de mitigar os riscos mapeados. Trata-se de um trabalho contínuo e integrado com as áreas responsáveis pelos riscos, conforme boas práticas do mercado em Governança, Risco e “*Compliance*” - *GRC*.

Ademais, com o objetivo de aprimorar suas práticas de governança, a Companhia também conta com uma área de Governança Corporativa ligada à Presidência, que promove o adequado acompanhamento da governança e reporte periódico à Alta Administração.

Em dezembro de 2021, a Companhia recebeu o Prêmio Pró-Ética da Corregedoria Geral da União – CGU, a mais importante honraria na área de “*Compliance*” no Brasil. Ele é resultado do engajamento da Companhia na construção de um ambiente de trabalho íntegro e transparente.

1.5. Principais Aspectos do Compromisso Socioambiental (*ESG*)

Desde a sua concepção, a Hidrelétrica Santo Antônio, localizada em Porto Velho, Estado de Rondônia, com capacidade instalada para atender a 45 milhões de brasileiros com energia de fonte limpa e renovável, foi projetada para alcançar a máxima eficiência com o mínimo impacto socioambiental, demandando soluções inovadoras em engenharia e tecnologia voltadas à geração de energia elétrica de forma sustentável na Amazônia sendo a Santo Antônio Energia a concessionária responsável pela operação da Hidrelétrica.

As características tecnológicas e os investimentos realizados em Sustentabilidade garantiram, ainda na etapa de construção da hidrelétrica, a conquista do maior número de notas máximas em sustentabilidade entre todas as usinas avaliadas pela *International Hydropower Association (IHA)*, em 2014. E obteve posição de destaque como finalista do Prêmio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de Infraestrutura Sustentável, em 2015.

O início da construção da Hidrelétrica Santo Antônio, a partir de 2008, e da operação a partir de 2012, seguiu o cumprimento de um rigoroso processo de licenciamento ambiental junto ao IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). No âmbito do licenciamento, a Companhia desenvolve 28 programas socioambientais que integram o Plano Básico Ambiental (PBA). A evolução e os resultados dos compromissos firmados para cada programa continuam sendo, periodicamente, submetidos ao IBAMA.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Além dos compromissos legais, a Companhia também atende, desde 2009, aos Princípios do Equador, composto por um conjunto de critérios socioambientais, referenciado nos Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Ambiental e Social da *International Finance Corporation (IFC)* aos quais os bancos financiadores do empreendimento são signatários. Para assegurar o cumprimento, as questões socioambientais vêm sendo auditadas, há mais de 10 anos, por Consultoria Independente que realizam verificações periódicas, contribuindo, de forma significativa, com a evolução dos temas socioambientais e gestão organizacional.

Comprometida com as boas práticas de mitigação de riscos socioambientais, em 2016, a Companhia concluiu a implantação do seu Sistema de Gestão que integra a aplicação das melhores práticas de meio ambiente, saúde e segurança do trabalho.

Em 2020, a Companhia se tornou signatária do Pacto Global das Nações Unidas sobre direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, priorizando Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da Agenda 2030.

Contando com uma estrutura formal de governança corporativa, a Companhia mantém em vigor instrumentos como: Estatuto Social e Política de Conflito de Interesses. Além disso, adotamos diversas diretrizes recomendadas pelo Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

No final de 2021, a Companhia recebeu o Prêmio Pró-Ética, uma parceria entre o Instituto Ethos e a Controladoria Geral da União (CGU), importante premiação em *Compliance* no Brasil, e participou, pela primeira vez, do *Great Place to Work (GPTW)*, conquistando posição de destaque no ranking de indústrias de médio porte. Ainda como iniciativa voltada para a sustentabilidade, a Santo Antônio Energia associou-se ao Instituto Amazônia + 21, com o objetivo de articular projetos inovadores na região Amazônica.

Tendo a Sustentabilidade como pilar estratégico, o *ESG* foi incorporado ao Plano de Negócio de 2022, por meio da meta estratégica “Plano de ação para adequação da Companhia aos princípios ESG”, propiciando o início de uma trilha com objetivo de adequação a um modelo de gestão e divulgação das práticas em sintonia com as melhores práticas de mercado.

1.6. Destaques de 2022

a) Procedimento Arbitral CCI nº 21.511/ASM/JPA

A Companhia requereu, em 30 de novembro de 2015, perante a Câmara de Comércio Internacional (“CCI”), procedimento arbitral em face do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”) para dirimir dúvidas relativas ao Contrato EPC (Contrato de Construção da UHE firmado com o CCSA), sendo que a arbitragem foi instaurada em caráter sigiloso, nos termos do próprio Contrato. Os árbitros, após pedido apresentado pelo Grupo Eletromecânico (“GICOM”) que compõe parte do CCSA, decidiram aceitar que todas as demandas, inclusive entre GICOM e Grupo Civil (“GCIVIL”), que integra o restante dos participantes do CCSA, fossem decididas conjuntamente na arbitragem em curso e pela competência do Tribunal Arbitral.

Após pleno cumprimento pelas Partes de todas as fases do Procedimento Arbitral, em 7 de fevereiro de 2022, foi proferida Sentença Arbitral desfavorável aos interesses da Companhia.

A perda da Arbitragem, representou os seguintes impactos financeiros à Companhia, os quais foram registrados no exercício de 2022:

- i. No caixa, R\$ 1.498.000: pelo pagamento de custos adicionais e devoluções de retenções contratuais. Estes valores já contemplam a dedução do montante julgado em favor da Companhia, que totalizou R\$ 106.291;

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ii. No Ativo imobilizado, R\$ 183.530: pela capitalização de gastos com pessoal incorridos no período da construção da UHE;
- iii. No resultado do exercício, R\$ 1.780.293: pela perda do ativo financeiro dispêndios reembolsáveis e pelo pagamento de custos adicionais no rol da construção da UHE.

Para referidos pagamentos, a Companhia contou com aporte de acionista, conforme mencionado na nota explicativa nº 24.

Mediante celebração dos Acordos supracitados, a CCI, em 12 de setembro de 2022, formalizou o encerramento da Arbitragem nº 21.511/ASM/JPA.

b) Revisão Ordinária de Garantia Física – ROGF

A garantia física da UHE Santo Antônio, a partir de 1º de janeiro de 2023, será de 2.313,3 MW médios (2.424,2 MW médios em 31 de dezembro de 2022). Esse valor foi definido no processo de Revisão Ordinária de Garantia Física – ROGF, regulamentado pelo Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998. O referido decreto prevê que o valor da garantia física das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS seja revisto a cada cinco anos, ou na ocorrência de fatos relevantes.

Na ROGF, apenas a parcela original da UHE Santo Antônio, referente às 44 UGs, cujo valor era de 2.218 MW médios foi elegível à revisão de garantia física. Assim, o valor foi revisado para 2.107,1 MW médios. Esse valor, somado à garantia física das 6 UGs, de 206,2 MW médios, totalizam 2.313,3 MW médios, vigente a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme publicado na PORTARIA Nº 709/GM/MME de 30 de novembro de 2022.

Também foi divulgada a revisão dos valores das taxas de indisponibilidade de referência da UHE Santo Antônio, sendo de 1,591% para TEIF (Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada) e de 3,707% para TEIP (Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada). Essa revisão foi definida com base no inciso II do Art. 5º da Portaria MME 42/2022 e o novo Índice de Disponibilidade de Referência é de 94,761% (99,50% em 31 de dezembro de 2022).

A revisão dos valores de indisponibilidade agregará uma maior flexibilidade para otimização das manutenções na UHE Santo Antônio e também evitará penalizações no Mercado de Curto Prazo - MCP mantendo a disponibilidade da UHE Santo Antônio acima de 94,761% (em 31 de dezembro de 2022 a disponibilidade era de 97,05%).

c) Aumento de Capital e Mudança do Controle Societário da Controladora

Em Assembleia Geral Extraordinária da controladora MESA, realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovado o aumento de capital social no valor de até R\$ 1.582.552, para fins de integralização na Companhia, para fazer frente aos impactos decorrentes do Procedimento Arbitral CCI 21.511 /ASM/JPA (nota explicativa nº 1.6a).

A integralização do capital foi realizada apenas pelo acionista Furna, em 02 e 09 de junho de 2022, implicando o aumento da participação acionária de Furnas de 43,05% para 72,36% de capital social da MESA, conforme Comunicados ao Mercado divulgados em 03 e 10 de junho de 2022.

Adicionalmente, em 08 de julho de 2022, foi celebrado o Distrato do Acordo de Acionistas da Controladora, culminando na assunção do controle societário da MESA por Furnas, com consequente alteração da composição do Conselho de Administração da MESA e da SAESA.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.7. Estrutura de Capital, de Liquidez e continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido (CCL) positivo de R\$6.302 (R\$623.008 negativo em 31 de dezembro de 2021). Neste mesmo exercício, o Patrimônio Líquido totalizou R\$ 503.769 (R\$ 1.841.740 em 31 de dezembro de 2021) e o prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 2.920.523 (lucro de R\$ 6.513 em 31 de dezembro de 2021), substancialmente em razão do reconhecimento da sentença arbitral CCI 21.511/ASM/JPA (nota explicativa nº 1.6a).

A posição de capital circulante líquido da Companhia apresentou expressiva evolução, tendo em vista a capitalização da Companhia por meio de aporte do seu acionista Furnas (Acionista da Controladora) e a liquidação dos valores referentes à sentença arbitral CCI 21.511/ASM/JPA (nota explicativa nº 1.6a).

É importante ressaltar que a Companhia é uma hidrelétrica constituída sob o formato de “*Project Finance*”, modelo de negócio que estruturalmente apresenta capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação por ser constituído com elevados índices de alavancagem financeira. Contudo, a Companhia conta com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo (nota explicativa nº 1.3), cujos registros dos recebíveis no ativo circulante, só contemplam os valores efetivamente faturados relativos a um mês de suprimento de energia, diferentemente dos desembolsos com os financiamentos, registrados no passivo circulante, que contemplam os valores a pagar relativos aos próximos 12 meses.

Ações Adicionais da Administração para a equalização de sua estrutura de capital e liquidez:

- i. Conforme descrito na nota explicativa nº 24, a Companhia recebeu significativo aporte do seu acionista para fazer face às demandas de pagamento da sentença arbitral CCI nº 21.511/ASM/JPA. A capitalização e consequente liquidação destas obrigações trouxeram uma situação de normalidade para continuidade de suas operações;
- ii. Contratação de “*Hedge*”: a Companhia repactuou o risco hidrológico no ambiente dos Contratos Regulados (ACR) (nota explicativa nº 3.2 (iv)) e também celebrou contratos de compras de energia para proteção (“*hedge*”) da exposição ao risco hidrológico, possibilitando maior estabilidade nos custos com energia elétrica;
- iii. Operações de Energia: quando necessário, a Companhia conta com a opção de (i) possível antecipação de recebíveis dos contratos de energia vigentes do mercado livre (ACL), cuja antecipação está sujeita a anuência dos financiadores e (ii) realização de operações por meio da venda da energia comprada para “*hedge*” futuro com a antecipação desses recebíveis, que é uma transação já realizada pela Companhia em ocasiões anteriores;
- iv. A Companhia, através do seu Controlador Indireto (Eletrobras), iniciou um processo de renegociação de parte relevante da dívida junto às instituições financeiras credoras. Tal processo, além de ser salutar para a Companhia, visa uma equalização às orientações estratégicas da Eletrobras. A Companhia estima que, ainda dentro do primeiro semestre de 2023, tal plano de reestruturação das dívidas de SAESA esteja concluído.

Obrigações relativas ao Suporte de Acionistas para Cobertura de Insuficiência- ESA (“*Equity Support Agreements*”)

No Contrato de Suporte de Acionistas para Cobertura de Insuficiências e Outras Avenças, celebrado em 28 de agosto de 2013 (“*ESA de Insuficiência*”), os acionistas FURNAS, CEMIG GT, SAAG (garantida pela AGPar), FIP AMAZÔNIA (garantido por Novonor Energia do Brasil) e Novonor Energia do Brasil (garantida por CNO, OPI e Novonor S.A.) se obrigam, de acordo com suas respectivas participações acionárias no capital social da MESA (Controladora), em caráter irrevogável e irretratável, a aportar os recursos necessários, sob a forma de capital, mediante

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações ordinárias do capital da MESA, na hipótese de ocorrência de um Evento de Capitalização Extraordinário.

Considerando que o *ESA* de Insuficiência é um título executivo extrajudicial e define como um dos Eventos de Capitalização Extraordinária o aporte de capital dos acionistas na MESA com recursos necessários para cobrir de imediato e integralmente qualquer insuficiência que vier a ocorrer na execução do Projeto ou acréscimos do orçamento global do Projeto, os credores poderão requerer o aporte de capital pelos Acionistas, podendo, ainda, em caso de descumprimento, requerer tutela específica da obrigação inadimplida.

A Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e, mesmo sem históricos de inadimplências com credores, fornecedores e clientes, continua adotando medidas para fortalecer a sua posição de caixa, trazer eficiência nos custos e conter as despesas operacionais. Desta forma, a Administração entende que com tais ações, será possível retomar o equilíbrio da estrutura de capital, liquidez e de geração de caixa da Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*“International Financial Reporting Standards-IFRS”*), emitidas pelo *“International Accounting Standards Board -IASB”*.

Adicionalmente, foram considerados aspectos da legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, principalmente em relação à estruturação das contas contábeis e forma de registro dos eventos, visando à uniformização das práticas com outras companhias do setor elétrico e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração, no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas na nota explicativa 2.6.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, expressas em milhares de reais, arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção da implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas a seguir:

2.4.1 Adoção de novas normas e interpretações

A Companhia não identificou impactos quanto às aplicações das alterações e novas interpretações às *IFRSs* e aos CPCs emitidos pelo *IASB* e pelo CPC, respectivamente as quais são divulgados a seguir:

Revisão de Pronunciamento Técnico	Normas revisadas	Aplicável a partir
19	CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios, CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado, CPC 37/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.	01/01/2022

2.4.2 Novas normas e interpretações ainda não vigentes

A partir de 1º de janeiro de 2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos. A Companhia não realizou a adoção antecipada destes pronunciamentos e, tendo em vista não ser empresa do segmento de seguros, não espera impactos significativos quando da adoção destas normas.

Revisão de Pronunciamento Técnico	Normas revisadas	Aplicável a partir
20	CPC 11/IFRS 4 - Contratos de seguro, CPC 21/IAS 34 - Demonstração Intermediária, CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 26 /IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o lucro, CPC 37/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 49/IAS 26 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria.	01/01/2023
21	Estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do Pronunciamento Técnico CPC 50 – Contratos de Seguro.	01/01/2023

2.5. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira exige das companhias abertas a elaboração da DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essa demonstração é preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O *IFRS* não exige a apresentação desta demonstração.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.6. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos no atual exercício social, estão relacionadas ao imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (nota explicativa nº 10), vida útil econômica de bens do ativo imobilizado (nota explicativa nº 11), recuperabilidade dos ativos (notas explicativas nº 11 e 12), provisões socioambientais (nota explicativa nº 20) e provisões para contingências (nota explicativa nº 23).

As premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pela Administração estão informados nas respectivas notas explicativas.

2.7. Aprovação das Demonstrações Financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2023.

3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

3.1. Instrumentos Financeiros

Considerações gerais

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações e proteger dos efeitos de variações das flutuações das taxas de juros.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada por meio de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

Prática Contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características no fluxo de caixa, determinando suas classificações no reconhecimento inicial.

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus principais instrumentos financeiros e seu respectivo nível:

<u>Ativo/Passivo financeiro</u>	<u>Classificação</u>	<u>Nível</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	
Contas a receber	Custo amortizado	
Depósitos em garantia	Valor justo por meio do resultado	2
Fornecedores	Custo amortizado	
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	
Debêntures	Custo amortizado	
Concessões a pagar	Custo amortizado	

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Ativo Financeiro - Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- (i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados pela taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b) Análise de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são monitoradas por meio de acompanhamento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável.

Valores nominais.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS	31/12/2022				
	Fluxo de Pagamento				
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)	Até 1 ano	De 1 A 2 Anos	De 2 A 5 Anos	Mais de 5 anos	Total
Mensurados Ao Custo Amortizado	1.412.805	720.958	1.771.551	16.684.491	20.589.805
Fornecedores	230.577	-	-	-	230.577
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.154.265	690.461	1.674.314	16.522.408	20.041.448
Concessões a Pagar	27.963	30.497	97.237	162.083	317.780

3.2. Gestão de riscos financeiros

A Companhia, em conformidade com a sua Instrução de Gestão Riscos Financeiros e com o Plano de Negócios, dispõe da Política de Gerenciamento de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como diretriz, assegurar a exposição ao risco de crédito em instrumentos financeiros, com a finalidade de garantir o valor, a liquidez e a rentabilidade de seus ativos.

Os riscos financeiros mais relevantes a serem gerenciados pela Companhia são:

(i) Risco de inflação

A Companhia está exposta ao risco da elevação da inflação, visto que os empréstimos e financiamentos estão atrelados ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui R\$ 19.572.416 em empréstimos, financiamentos e debêntures contratados dos quais, R\$ 13.729.867 relacionados a financiamento obtido junto ao BNDES e Bancos repassadores (nota explicativa nº 14.1) e R\$ 5.842.549 em debêntures (nota explicativa nº 14.2), desconsiderando o custo de transação financeira de R\$ 13.149.

O financiamento obtido junto ao Banco da Amazônia S.A. - FNO não está contemplado no parágrafo acima pois possui juros pré-fixados de 10% a.a. com bônus de adimplência de 15% e taxa efetiva de 8,5% a.a. (nota explicativa nº 14.1 (b)).

Adicionalmente, a Companhia assumiu, na assinatura do Contrato de Concessão nº 001/2008 de Uso do bem público para a geração de energia, a obrigação de recolher à União cujo montante total fixado na contratação em R\$ 379.267, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual de R\$ 11.852, reajustado anualmente pelo IPCA (nota explicativa nº 19).

A Companhia possui uma obrigação de longo de prazo relacionada a *waiver fee* de R\$ 80.776 (nota explicativa nº 21), que é atualizada monetariamente com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, adicionado a juros pré-fixados de 7%a.a..

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção desses riscos.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito da contraparte é aquele existente em função da incapacidade da contraparte de cumprir suas obrigações financeiras com a Companhia por insolvência.

Visando gerenciar esse risco, a Companhia mantém relacionamento com instituições financeiras de primeira linha e que possuem “*ratings*” fornecidos por agências internacionais como “*Fitch Rating*”, “*Standard & Poor’s*” e “*Moody’s Investor*” e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia por meio da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Parte dos contratos de venda de energia da Companhia está amparada em regras do ambiente de contratação regulada de energia. Adicionalmente, a Companhia busca minimizar seus riscos de crédito por meio de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, mediante seguro garantia e fianças bancárias.

(iii) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

Conforme descrito na nota 1.7, a Companhia e sua Controladora contam com suporte de seus acionistas caso exista necessidade de um evento de capitalização extraordinário, como ocorrido em junho de 2022 em que o acionista Furnas aportou R\$ 1.5 bilhão (nota explicativa nº 24) na Companhia para fazer frente às suas necessidades de caixa para liquidação da Sentença Arbitral CCI nº 21.511/ASM/JPA.

A Companhia conta com geração operacional de caixa por meio dos contratos firmes de vendas de energia de longo prazo (nota explicativa nº 1.3).

(iv) Risco hidrológico

A energia elétrica produzida por uma usina hidrelétrica apresenta grande variabilidade pela forte dependência do regime hidrológico. A conjuntura do sistema e os baixos níveis de armazenamento dos reservatórios, em decorrência das chuvas abaixo da média histórica e, conseqüentemente, baixas vazões, podem provocar uma diminuição significativa da energia hidráulica gerada pelo SIN (Sistema

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Interligado Nacional), com conseqüente aumento da exposição do gerador ao participar de um rateio no MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), valorado a PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), o que gera um dispêndio com o *GSF* (“*Generation Scaling Factor*”) para os geradores hidrelétricos.

Desta forma, para reduzir a exposição a esse risco, a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico com a ANEEL, na forma da lei nº 13.203/2015, conforme Resolução Normativa nº 684/2015, para seus contratos de venda de energia no ACR - Ambiente de Comercialização Regulado, na classe de produto SP93 para o montante de repactuação de 1.552,6 MW médios da parcela referente às 44 Unidades Geradoras da UHE Santo Antônio e, em 29 de dezembro de 2017, na classe de produto SP100 para o montante de repactuação de 129,6 MW médios da parcela referente às 06 Unidades Geradoras adicionais da UHE Santo Antônio.

Adicionalmente à repactuação do risco hidrológico no ambiente dos Contratos Regulados (ACR), a Companhia em linha com a obrigação constante nos instrumentos de financiamento reperfilados em 2018, realiza, quando necessário, compras de energia e/ou descontrações para proteção da exposição ao risco hidrológico no ambiente de comercialização livre.

(v) Análise de sensibilidade

Os pronunciamentos contábeis (CPC) nº 39, nº 40 e nº 48 dispõem sobre a apresentação de informações dos instrumentos financeiros em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

Para o cenário provável, a Companhia considerou, para os próximos 12 meses, a findar-se em 31 de dezembro de 2023, os seguintes índices projetados acumulados: (i) IPCA 5,26% e (ii) CDI/SELIC 13,25%. Fontes: Relatório BACEN, Santander e BM&F (curva futura DI) na data-base de 31 de dezembro de 2022.

Com relação ao risco de elevação da inflação e CDI, a Companhia fez uma análise de sensibilidade nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

	Valor Contábil Em 31 de dezembro de 2022	Índices estimados	Em 31 de dezembro de 2023		
			Cenário provável	Cenário possível Aumento do risco em 25%	Cenário remoto Aumento do risco em 50%
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa - CDI - (nota explicativa 4)	923.146	13,25%	1.045.463	1.014.884	984.304
Depósitos em garantia - CDI - (nota explicativa 6)	172.637	13,25%	195.511	189.793	184.074
Total Ativo	1.095.783		1.240.974	1.204.677	1.168.378
Passivos					
Debêntures - IPCA - (nota explicativa 14.2) (i)	(5.842.549)	5,26%	(6.149.867)	(6.226.697)	(6.303.526)
Empréstimos - IPCA - (nota explicativa 14.1) (i)	(13.729.867)	5,26%	(14.452.058)	(14.632.606)	(14.813.154)
Concessões a pagar - IPCA - (nota explicativa 19)	(317.780)	5,26%	(334.495)	(338.674)	(342.853)
Provisões socioambientais - IPCA - (nota explicativa 20)	(333.039)	5,26%	(350.557)	(354.936)	(359.316)
Outras contas a pagar - IPCA (nota explicativa 21)	(80.776)	5,26%	(85.025)	(86.087)	(87.149)
Total Passivo	(20.304.011)		(21.372.002)	(21.639.000)	(21.905,998)

(i) Não considera o custo de transação que não será impactado pelos índices.

A análise não considera o financiamento do Banco da Amazônia S.A., cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. Esse financiamento possui taxa de juros fixa (nota explicativa nº 14.1(b)).

3.3. Gestão de risco de capital

Ao administrar o seu capital, a Companhia tem como objetivo salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Indicador de Endividamento:

Descritivo	Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Debêntures	14.2	5.840.063	5.746.772
Empréstimos	14.1	14.201.385	12.943.727
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	4	(923.146)	(179.627)
Depósitos em garantia	6	(172.637)	(180.625)
Dívida líquida (A)		18.945.665	18.330.247
Total do patrimônio líquido		503.769	1.841.740
Total do capital (B)		19.449.434	20.171.987
Indicador de Endividamento (C = A/B x 100)		97,41%	90,87%

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Bancos conta movimento	3.016	333
Aplicações financeiras		
Certificado de depósito bancário (CDB) (i)	920.080	138.944
Operação Compromissada	50	40.350
	923.146	179.627

As aplicações financeiras no ano de 2022 tiveram um rendimento médio de 100,12% da variação do CDI, são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, pois todos os recursos estão aplicados com liquidez diária.

- (i) O aumento de caixa observado é correspondente à geração de caixa da operação, adicionado à adesão da medida emergencial para suspensão de pagamentos (*Standstill*) por até 07 meses, entre dezembro/21 e junho/22, para as usinas hidrelétricas acima de 50 MW de capacidade instalada, com o objetivo de mitigar os efeitos adversos da crise hídrica conforme nota explicativa nº 14.

Prática contábil:

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Aplicações financeiras por agente financeiro:

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Indexador	Rating	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Banco ABC do Brasil S.A.	CDB	CDI	AAA(Fitch)/AA(Moody's)/AAA(S&P)	-	11.801
Banco da Amazônia S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)	35.655	3.155
Banco BTG Pactual S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)/AAA(Moody's)/AAA(S&P)	26.819	30.312
Haitong Banco de Inv. Do Brasil S.A.	CDB	CDI	BB(S&P)	73.282	12.165
Haitong Banco de Inv. Do Brasil S.A.	Compromissada	CDI	BB(S&P)	-	17.270
Banco Daycoval S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)/AA(Moody's)/AA+(S&P)	25.664	36.406
Banco Daycoval S.A.	Compromissada	CDI	AA(Fitch)/AA(Moody's)/AA+(S&P)	-	3.513
Banco do Brasil S.A.	Compromissada	CDI	BB-(Fitch)/Ba2(Moody's)/BB-(S&P)	50	2.910
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)/AA(Moody's)/AAA(S&P)	51.888	3.294
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	AAA(Fitch)/AAA(Moody's)	144.815	-
Banco Bradesco S.A.	CDB	CDI	AAA(Fitch)/AAA(Moody's)/AAA(S&P)	216.125	-
Banco Santander S.A.	CDB	CDI	AAA(Moody's)/AAA(S&P)	199.061	-
Banco Votorantim S.A.	CDB	CDI	AAA(S&P)/AA(Moody's)	10.950	-
Banco Votorantim S.A.	Compromissada	CDI	AAA(S&P)/AA(Moody's)	-	6.483
Banco Safra S.A.	CDB	CDI	AAA(Moody's)/AAA(S&P)	27.022	27.521
Caixa Econômica Federal S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)/AAA(Moody's)/AAA(S&P)	108.799	14.290
Caixa Econômica Federal S.A.	Compromissada	CDI	AA(Fitch)/AAA(Moody's)/AAA(S&P)	-	10.174
Outros				3.016	333
				<u>923.146</u>	<u>179.627</u>

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 CONTAS A RECEBER

	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
Consumidores - Fornecimento industrial (i)	9.239	13.474
Concessionárias - Suprimento convencional (ii)	464.995	403.745
	<u>474.234</u>	<u>417.219</u>

- (i) Consumidores - Fornecimento industrial: referem-se a créditos existentes com consumidores de energia.
- (ii) Concessionárias - Suprimento convencional: referem-se a créditos existentes com revendedores de energia.

Prática contábil:

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica. O prazo médio de recebimento é de 22 dias. São, portanto, apresentadas no ativo circulante e reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que têm probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras, (ii) Instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, mas não apresentam evidência objetiva de "impairment", e; (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de "impairment" em 31 de dezembro 2022.

Até a data destas demonstrações financeiras a Companhia não possui histórico de inadimplências ou expectativa de inadimplência futura tomando em consideração os aspectos anteriormente destacados, e, portanto, não estimou perdas com crédito de liquidação duvidosa-PECLD.

6 DEPÓSITOS EM GARANTIA

	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
Circulante		
Reserva do serviço de debêntures - 3ª emissão (i)	123.243	125.711
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE (ii)	12.080	19.297
Outras cauções (iii)	-	1.541
	<u>135.323</u>	<u>146.549</u>
Não circulante		
Reserva do serviço da dívida 1 - BNDES direto/indireto/FNO (iv)	23.453	21.418
Reserva de O&M (v)	13.861	12.658
	<u>37.314</u>	<u>34.076</u>
	<u>172.637</u>	<u>180.625</u>

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo de depósitos em garantia está composto por montante para fazer face:

- (i) Ao pagamento de juros da 3ª emissão de debêntures, equivalente a 2/6 (dois sextos). O próximo pagamento de juros ocorrerá em 17 de abril de 2023;
 - (ii) Ao aporte em garantia para liquidação na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica);
 - (iii) A carta de crédito emitida para pagamento de importação;
 - (iv) Ao saldo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida do financiamento FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte). Até dez/22, a Companhia estava desobrigada a compor a conta reserva do serviço da dívida do BNDES FINEM, devido ao reperfilamento da dívida e condições negociadas.
- A partir de jan/23, a Companhia começa a compor o saldo equivalente ao BNDES FINEM, que será três vezes a última prestação vencida referente a serviço da dívida do financiamento do BNDES Original, composta mensalmente na proporção de 1/24 (um vinte e quatro avos);
- (v) A Conta Reserva de O&M (Operação e Manutenção), que deverá permanecer composta durante toda vigência do Contrato de Cessão Fiduciária.

Prática Contábil:

Os depósitos em garantia possuem caráter obrigatório e estão vinculados, principalmente, às obrigações da Controlada com os financiamentos, debêntures e perante a CCEE. Estes depósitos estão auferidos até a data do balanço e registrados ao custo histórico, acrescidos dos rendimentos.

As realizações ocorrem de acordo com os cronogramas dos pagamentos, previstos nos respectivos contratos.

7 DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante		
Seguros	8.909	10.148
Repactuação <i>GSF</i> (i)	28.284	28.283
	37.193	38.431
Não circulante		
Seguros	267	7.126
Repactuação <i>GSF</i> (i)	37.711	65.994
	37.978	73.120
	<u>75.171</u>	<u>111.551</u>

- (i) Conforme Resolução Normativa nº 684/2015, para reduzir a exposição ao risco do *GSF* (“*Generation Scaling Factor*”), a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico com a ANEEL para seus contratos de venda de energia no ACR - Ambiente de Comercialização Regulado, na forma da Lei nº 13.203/2015, na classe de produto SP93, com prêmio de risco associado de R\$ 3,25 por MWh para o montante de repactuação de 1.552,6 MW médios da parcela referente às 44 Unidades Geradoras da UHE Santo Antônio e, em 29 de dezembro de 2017, na classe de produto

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

SP100 para o montante de repactuação de 129,6 MW médios da parcela referente às 6 Unidades Geradoras adicionais da UHE Santo Antônio (nota explicativa nº 03 (3.2 iv)).

Parte do *GSF* repactuado recuperado no exercício de 2015 foi reconhecido, após seu pagamento, como prêmio de seguro no Ativo e está sendo amortizado pelo período de 10 anos e 04 meses, com início a partir de janeiro de 2015 e encerramento em abril de 2025.

7.1. Seguros

A identificação, a mitigação, o gerenciamento de riscos e a contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros estabelecidos em política corporativa e conta com o apoio de seus consultores, corretores e seguradoras parceiras nacionais e internacionais de primeira linha, para assegurar a contratação, a preço certo, das coberturas adequadas a cada contrato ou empreendimento, em montantes suficientes para fazer face à indenização de eventuais sinistros e cumprimento de determinações contratuais.

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração entende que as apólices de seguros da Companhia são suficientes (não auditado) para fazer face a eventuais sinistros e garantir a operação da UHE Santo Antônio.

Modalidade	Cobertura
Responsabilidade Civil - Operações - Concessionárias de Energia	Danos a terceiros devido operações da UHE
Responsabilidade Civil - Diretores e Administradores (D&O)	RC atribuída aos Diretores e Administradores
Riscos Operacionais	Danos Materiais: máquinas, móveis, utensílios e instalações que constituem parte integrante do estabelecimento segurado, conforme especificado na apólice.

8 ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
Circulante:		
Compra de Energia (i)	67.929	3.959
Diversos	6.368	1.163
	<u>74.297</u>	<u>5.122</u>

- (i) Em novembro de 2022, a Companhia realizou adiantamentos relativos a contratos bilaterais de compra de energia vigentes para 2023, correspondentes a 40 MW médios. A antecipação proporcionou a redução do custo médio de aquisição de energia para *hedge*.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 OUTROS ATIVOS

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante		
Ordens em curso P&D (i)	46.539	38.210
Adiantamentos a pessoal	517	406
Depósitos judiciais	2.386	2.418
Devedores diversos	2.910	143
	<u>52.352</u>	<u>41.177</u>
Não circulante		
Ordens em curso P&D (i)	6.335	1.158
Devedores diversos	1.639	1.639
	<u>7.974</u>	<u>2.797</u>
	<u><u>60.326</u></u>	<u><u>43.974</u></u>

- (i) Compreende custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento da Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em Encargos regulamentares e setoriais (nota explicativa nº 17).

10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS ATIVOS

10.1. Composição

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Diferidos Ativos		
Prejuízos Fiscais (IRPJ) Base Negativa (CSLL) (i)	2.067.378	2.067.378
Diferenças temporárias (ii)	11.251	242.494
Total diferidos Ativos	<u>2.078.629</u>	<u>2.309.872</u>
Diferidos Passivo		
Diferenças temporárias (ii)	(847)	(1.590)
Diferido Ativo Líquido	<u><u>2.077.782</u></u>	<u><u>2.308.282</u></u>

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10.2. Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos:

	31 de dezembro de 2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Ativo:						
Prejuízos Fiscais (IRPJ) e Base Negativa (CSLL) (i)	2.067.378	-	-	-	-	(2.067.378)
Diferenças temporárias (ii)	11.251	(536)	(536)	(536)	(536)	(9.107)
	2.078.629	(536)	(536)	(536)	(536)	(2.076.485)
Passivo:						
Diferenças temporárias (ii)	(847)	457	164	18	18	190
	(847)	457	164	18	18	190
	2.077.782	(79)	(372)	(518)	(518)	(2.076.295)

- (i) Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social acumulados que somam o montante de R\$ 12.537.278, que equivalem a créditos fiscais R\$ 4.262.674, dos quais R\$ 2.067.378 estão contabilizados. O Prejuízo Fiscal e a Base Negativa de Contribuição Social não expiram no âmbito tributário brasileiro e serão bases para créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social no futuro.

Estimativa de realização dos tributos diferidos constituídos sobre o prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social:

2029	6.716
2030	49.547
2031	95.534
2032-2039	1.915.581
	<u>2.067.378</u>

A Companhia e sua controladora indireta, Furnas, estão desenvolvendo plano conjunto que contempla estratégias e iniciativas de cunho societário, tributário e financeiro, juntamente com sinergias operacionais *intercompany*, que possibilitarão a reestruturação da Companhia e, por conseguinte, a aceleração da realização dos tributos diferidos constituídos sobre os prejuízos fiscais.

Adicionalmente, a Companhia, através do seu Controlador Indireto (Eletrobras), iniciou um processo de renegociação de parte relevante da dívida junto às instituições financeiras credoras. Tal processo, além de ser salutar para a Companhia, visa uma equalização às orientações estratégicas da Eletrobras. A Companhia estima que, ainda dentro do primeiro semestre de 2023, tal plano de reestruturação das dívidas de SAESA esteja concluído.

- (ii) Despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores.

Incentivo Fiscal - Redução Imposto de Renda

Em 06 de dezembro de 2018, a Companhia obteve, junto à SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), o Laudo Constitutivo nº 115/2018, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2018.

O pedido de reconhecimento do incentivo correspondente ao Laudo Constitutivo mencionado foi protocolizado na Receita Federal do Brasil (RFB) em 28 de dezembro de 2018. Em 29 de abril de 2019, expirou o prazo de 120 dias para que a Receita Federal do Brasil notificasse a Companhia de decisão contrária ao pedido efetuado. Dessa forma, após expirado o prazo da RFB, a Companhia, para fins legais, encontra-se em pleno gozo da redução para o período de fruição do incentivo.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Até a data destas demonstrações financeiras, o referido benefício não foi utilizado pela Companhia por ausência de lucro fiscal.

Prática Contábil:

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) são apurados em bases correntes e diferidas. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e são reconhecidos na demonstração do resultado. Os cálculos do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido diferidos são calculados utilizando-se, respectivamente, as alíquotas de 25% e de 9%.

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A Contribuição Social é calculada a alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os Prejuízos Fiscais e a Base Negativa de Contribuição Social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Esse plano é elaborado pela Diretoria, que utiliza como principais variáveis, os contratos de venda de energia firmados com seus clientes, custos e despesas operacionais pautados em critérios definidos pelos órgãos reguladores, atualização das dívidas com base em índices preestabelecidos (destacando-se o IPCA).

O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22)

A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração, quando há incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro. Nesse sentido, foi estabelecido que a entidade deve avaliar se e como o tratamento fiscal incerto afeta a determinação de lucro tributável, considerando a probabilidade de a autoridade fiscal (órgãos administrativos ou tribunais) aceitar esta postura.

Na hipótese de concluir que é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade deve seguir com a determinação do lucro tributável segundo o referido tratamento. Por outro lado, caso se conclua que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a Companhia deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.

Em conformidade ao ICPC 22, a Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Na data-base destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou as suas operações e concluiu que sua posição fiscal e contábil está em conformidade, não apresentando incertezas quanto a aceitação pelo Fisco.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 IMOBILIZADO

A Composição do imobilizado é como segue:

	Taxas anuais médias de depreciação %	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021	
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Imobilizado em serviço						
Terrenos	2,76%	445.927	(84.780)	361.147	350.641	
Reservatórios, barragens e adutoras	3,24%	8.700.470	(2.398.301)	6.302.169	6.426.524	
Edificações, obras civis e benfeitorias (i)	3,32%	4.603.008	(1.258.105)	3.344.903	3.480.121	
Máquinas e equipamentos	4,17%	9.703.959	(2.808.325)	6.895.634	7.210.978	
Veículos	14,29%	5.554	(3.925)	1.629	911	
Móveis e utensílios	7,62%	6.062	(2.751)	3.311	2.851	
Total do imobilizado em serviço		23.464.980	(6.556.187)	16.908.793	17.472.026	
Imobilizado em curso						
Terrenos		5.912	-	5.912	2.480	
Reservatórios, barragens e adutoras		21.934	-	21.934	61.416	
Edificações, obras civis e benfeitorias		2.967	-	2.967	48	
Máquinas e equipamentos		54.273	-	54.273	23.760	
Veículos		1.485	-	1.485	1.488	
Móveis e utensílios		511	-	511	1.051	
Material em depósito		53.061	-	53.061	23.048	
Outros		20.798	-	20.798	22.757	
Total do imobilizado em curso		160.941	-	160.941	136.048	
Total do imobilizado		23.625.921	(6.556.187)	17.069.734	17.608.074	

- (i) O ativo de direito de uso referente ao contrato de aluguel, que em 31 de dezembro de 2022 tem valor líquido de R\$ 1.696, está classificado nesta rubrica de acordo com as normas aplicáveis.

Prática Contábil:

Registrado ao custo de aquisição e construção. Inclui a capitalização dos encargos de empréstimos tomados especificamente para o financiamento de projetos, líquidos das receitas financeiras auferidas com esses recursos. Inclui também: (a) adiantamentos a fornecedores para aquisição de bens que integram o imobilizado; (b) estoque de bens para aplicação no imobilizado; (c) gastos relacionados com as ações ambientais de proteção, monitoramento, reflorestamento, recuperação ou compensação dos impactos socioambientais; e (d) outros gastos realizados para concluir a obra como um todo.

A Companhia adota como depreciação o método linear e seu cálculo se iniciou quando a primeira unidade geradora entrou em operação comercial. A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos imobilizados do setor elétrico brasileiro, com revisões periódicas nas estimativas. A depreciação dos itens que fazem parte do projeto da UHE Santo Antônio está limitada ao período concessivo, pois não há previsão de indenização do valor residual desses itens ao término da concessão. Dessa forma, foram utilizadas as vidas úteis estabelecidas pela ANEEL ou o período de concessão como base para depreciação do ativo imobilizado, dos dois, o menor período.

Redução ao valor recuperável (“impairment”): Aplicável as notas explicativas nº 11 “Imobilizado” e nº 12 “Intangível.”

Os ativos não financeiros que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por “impairment” é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação de “impairment”, a Companhia calcula a soma dos fluxos de caixas operacionais estimados futuros, descontados pela taxa de desconto média do custo de capital de terceiros e própria, e a partir deste valor, compara com o valor contábil do ativo.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A projeção do fluxo de caixa operacional contemplou as seguintes premissas: (a) todo o período remanescente da concessão, considerando a extensão da concessão em 04 anos e 05 meses (nota explicativa nº 1.1); (b) balanço energético com efeitos do GSF; (c) montantes e preços de energia contratados no ACR e no ACL; (d) custos e despesas com pessoal, materiais, serviços de terceiros, encargos setoriais, compra de energia, com hedge estrutural nos períodos de 2024 a 2039, encargos de transmissão, tributos e outras despesas e projeção de provisões a realizar após a data-base do teste. A taxa de desconto utilizada para calcular o valor presente do fluxo de caixa operacional foi o custo médio ponderado de capital próprio e de terceiros da Companhia na data-base de realização do teste. O cálculo do WACC toma por base o custo do capital de terceiros (inclusive o impacto do benefício fiscal da dedutibilidade dessa despesa financeira) e o custo do capital próprio, este último calculado com base na metodologia “Capital Asset Pricing Model (CAPM)”, conforme premissas do acionista controlador, Furnas.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, com base nos testes realizados, não foram identificados indicadores que pudessem requerer o registro de perdas para os ativos de longo prazo.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2022			
	Valor líquido	Adições	Transferência / Reclassificação	Transferência para imobilizado em serviço	Valor Baixa	Valor Depreciação	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Terrenos	350.641	-	-	24.095 (b)	-	(13.589)	361.147
Reservatórios, barragens e adutoras	6.426.524	-	-	243.909 (a)	(56.658)	(311.606) (a)	6.302.169
Edificações, obras civis e benfeitorias (i)	3.480.121	-	-	221	(84)	(135.355)	3.344.903
Máquinas e equipamentos	7.210.978	-	(1.392)	10.241	(448)	(323.745)	6.895.634
Veículos	911	-	1.392	46	(262)	(458)	1.629
Móveis e utensílios	2.851	-	-	865	-	(405)	3.311
Total do imobilizado em serviço	17.472.026	-	-	279.377	(57.452)	(785.158)	16.908.793
Imobilizado em curso							
Terrenos	2.480	24.209 (b)	3.318	(24.095) (b)	-	-	5.912
Reservatórios, barragens e adutoras	61.416	244.490 (a)	(30.350)	(243.909) (a)	(9.713)	-	21.934
Edificações, obras civis e benfeitorias	48	3.056	-	(137)	-	-	2.967
Máquinas e equipamentos	23.760	39.309	(29)	(8.767)	-	-	54.273
Veículos	1.488	1.416	-	(1.419)	-	-	1.485
Móveis e utensílios	1.051	510	-	(1.050)	-	-	511
Material em depósito	23.048	102	29.911	-	-	-	53.061
Outros	22.757	920	(2.879)	-	-	-	20.798
Total do imobilizado em curso	136.048	314.012	(29)	(279.377)	(9.713)	-	160.941
Total do imobilizado	17.608.074	314.012	(29)	-	(67.165)	(785.158)	17.069.734

- (i) O ativo de direito de uso referente ao contrato de aluguel, que em 31 de dezembro de 2022 tem valor líquido de R\$ 1.696, está classificado nesta rubrica de acordo com as normas aplicáveis;

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Em dezembro de 2022, a Companhia registrou o montante de R\$ 183.530 líquido de depreciação (R\$ 243.909 custos e -R\$ 60.379 depreciação) referente à conclusão do Procedimento Arbitral CCI no 21.511/ASM/JPA, tendo em vista que se trata de custos capitalizáveis nos termos das normas contábeis aplicáveis.

Referidos custos incrementais incorreram durante a construção da UHE e correspondem, principalmente, a aumentos de salários do pessoal atuante na construção, assim como à manutenção de equipe mínima para a execução de serviços imprescindíveis à construção da UHE. Com isso, é possível afirmar que tais dispêndios estão intrinsecamente relacionados à formação do ativo e, por isso, foram incorporados ao Ativo Imobilizado, atendendo à representação fidedigna do evento econômico.

- (b) Em dezembro de 2022, a Companhia revisou as provisões socioambientais (nota explicativa nº 20) totalizando um aumento de R\$ 33.626, o qual foi registrado nas rubricas “Terrenos” em R\$ 24.095 e no Intangível (nota explicativa nº 12), na rubrica “Licença de Operação” em R\$ 9.531.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2021			
	Valor líquido	Adições	Transferência / Reclassificação	Transferência para imobilizado em serviço	Valor Baixa	Valor Depreciação	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Terrenos	366.115	-	-	5.576	(5.285)	(15.765)	350.641
Reservatórios, barragens e adutoras	6.714.077	-	-	-	-	(287.553)	6.426.524
Edificações, obras civis e benfeitorias (i)	3.635.007	1.903	-	-	(947)	(155.842)	3.480.121
Máquinas e equipamentos	7.558.595	-	-	-	-	(347.617)	7.210.978
Veículos	1.431	-	-	-	-	(520)	911
Móveis e utensílios	3.077	-	-	102	-	(328)	2.851
Total do imobilizado em serviço	18.278.302	1.903	-	5.678	(6.232)	(807.625)	17.472.026
Imobilizado em curso							
Terrenos	4.752	-	3.304	(5.576)	-	-	2.480
Reservatórios, barragens e adutoras	60.395	731	290	-	-	-	61.416
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	48	-	-	-	-	48
Máquinas e equipamentos	13.289	10.458	13	-	-	-	23.760
Veículos	1.392	96	-	-	-	-	1.488
Móveis e utensílios	551	602	-	(102)	-	-	1.051
Material em depósito	19.333	4.018	(303)	-	-	-	23.048
Outros	23.384	2.677	(3.304)	-	-	-	22.757
Total do imobilizado em curso	123.096	18.630	-	(5.678)	-	-	136.048
Total do imobilizado	18.401.398	20.533	-	-	(6.232)	(807.625)	17.608.074

- (i) O ativo de direito de uso referente ao contrato de aluguel que em 31 de dezembro de 2021 tem valor líquido de R\$2.213 está classificado nesta rubrica de acordo com as normas aplicáveis.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 INTANGÍVEL

A Composição do intangível é como segue:

	Taxas anuais médias de depreciação %	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em Serviço					
Direito de concessão - Uso do Bem					
Público - UBP	3,20%	199.339	(67.258)	132.081	137.406
Licença de Operação	18,34%	141.262	(41.297)	99.965	113.047
Direito de Concessão - GSF (i)	3,88%	906.436	(43.277)	863.159	881.781
Servidão permanente	3,07%	10.226	(2.331)	7.895	8.214
Software	20,54%	30.812	(30.487)	325	818
Total do intangível em serviço		1.288.075	(184.650)	1.103.425	1.141.266
Intangível em Curso					
Software		7.212	-	7.212	3.901
Total do intangível em curso		7.212	-	7.212	3.901
Total do intangível		1.295.287	(184.650)	1.110.637	1.145.167

(i) Extensão do Prazo da Concessão (nota explicativa nº 1.1).

As movimentações do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2022			
	Valor líquido	Adições	Transferência / Reclassificação	Transferência para imobilizado em serviço	Valor Amortização	Valor Líquido
Intangível em Serviço						
Direito de concessão - Uso do Bem						
Público - UBP	137.406	-	-	-	(5.325)	132.081
Licença de Operação	113.047	-	-	9.532 (a)	(22.614)	99.965
Direito de Concessão - GSF	881.781	-	-	16.085	(34.707)	863.159
Servidão permanente	8.214	-	-	-	(319)	7.895
Software	818	-	-	39	(532)	325
Total do intangível em serviço	1.141.266	-	-	25.656	(63.497)	1.103.425
Intangível em Curso						
Licença de Operação	-	9.532 (a)	-	(9.532) (a)	-	-
Direito de Concessão - GSF	-	16.085	-	(16.085)	-	-
Software	3.901	3.321	29	(39)	-	7.212
Total do intangível em curso	3.901	28.938	29	(25.656)	-	7.212
Total do intangível	1.145.167	28.938	29	-	(63.497)	1.110.637

(a) Em dezembro de 2022, a Companhia revisou as provisões socioambientais (nota explicativa nº 20) totalizando um aumento de R\$ 33.626, o qual foi registrado no Imobilizado (nota explicativa nº 11) na rubrica "Terrenos" em R\$ 24.095 e no Intangível, na rubrica "Licença de Operação" em R\$ 9.532.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2021		
	Valor líquido	Adições	Transferência / Reclassificação	Transferência para imobilizado em serviço	Valor Amortização	Valor Líquido
Intangível em Serviço						
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	143.524	-	-	-	(6.118)	137.406
Licença de Operação	112.078	19.652	-	-	(18.683)	113.047
Direito de Concessão - GSF	-	-	-	890.351	(8.570)	881.781
Servidão permanente	8.581	-	-	-	(367)	8.214
Software	1.864	-	-	-	(1.046)	818
Total do intangível em serviço	266.047	19.652	-	890.351	(34.784)	1.141.266
Intangível em Curso						
Direito de Concessão - GSF	-	890.351	-	(890.351)	-	-
Software	1.858	2.043	-	-	-	3.901
Total do intangível em curso	1.858	892.394	-	(890.351)	-	3.901
Total do intangível	267.905	912.046	-	-	(34.784)	1.145.167

13 FORNECEDORES

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante:		
Encargos de uso da rede elétrica (i)	92.156	71.311
Materiais e serviços	35.982	30.133
Suprimento de energia elétrica (ii)	102.439	66.265
Fornecedores Estrangeiros	-	1.541
	230.577	169.250

- (i) Encargo de uso da rede elétrica é uma obrigação decorrente de contrato firmado com o Operador Nacional do Sistema - ONS e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante de uso do sistema de transmissão contratado pela UHE Santo Antônio.
- (ii) Compras de energia em atendimento à estratégia comercial da Companhia, a fim de mitigar a exposição energética e financeira decorrente do risco hidrológico (GSF). Estas operações são realizadas com fornecedores bilaterais e por meio do ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Prática Contábil:

A rubrica de fornecedores é mensurada a custo amortizado, sendo os passivos baixados mediante a liquidação do título e as variações monetárias são reconhecidas no resultado financeiro. A Companhia reconhece nesta rubrica as obrigações relacionadas com encargos de uso da rede elétrica, suprimento de energia elétrica, compras de energia elétrica e compras de bens, mercadorias e de serviços. Além disso, também são reconhecidas as compras de energia elétrica no âmbito da CCEE.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

14.1 Empréstimos e financiamentos

Composição dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda	Encargos Financeiros	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<u>Passivo circulante</u>				
BNDES - Indireto	R\$	TLP(*)+ 4,7% a.a	305.108	30.065
BNDES - Direto	R\$	TLP(*)+ 3,9% a.a	300.504	40.608
Custos de transação a amortizar - BNDES	R\$	-	(601)	(601)
Banco da Amazônia S.A. - FNO	R\$	Juros (**) de 10,0% a.a	50.350	46.048
			<u>655.361</u>	<u>116.120</u>
<u>Passivo não circulante</u>				
BNDES - Indireto (a)	R\$	TLP(*)+ 4,7% a.a	6.769.731	6.352.063
BNDES - Direto (a)	R\$	TLP(*)+ 3,9% a.a	6.354.524	6.006.444
Custos de transação a amortizar	R\$	-	(10.062)	(10.663)
Banco da Amazônia S.A. - FNO (b)	R\$	Juros de 10,0% a.a. (**)	431.831	479.763
			<u>13.546.024</u>	<u>12.827.607</u>
			<u><u>14.201.385</u></u>	<u><u>12.943.727</u></u>

(*) TLP: IPCA + 2,98% a.a.

(**) Bônus de Adimplência de 15%: Taxa real 8,5% a.a.

A Companhia, através do seu Controlador Indireto (Eletrobras), iniciou um processo de renegociação de parte relevante da dívida junto às instituições financeiras credoras. Tal processo, além de ser salutar para a Companhia, visa uma equalização às orientações estratégicas da Eletrobras. A Companhia estima que, ainda dentro do primeiro semestre de 2023, tal plano de reestruturação das dívidas de SAESA esteja concluído.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação de empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2022:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	116.120	12.827.607
Encargos financeiros provisionados	459.624	1.312.873
Encargos financeiros pagos	(463.613)	-
Amortização de principal	(51.827)	-
Transferências (*)	595.057	(595.057)
Custos de transação	601	-
Transferências de custo de transação	(601)	601
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>655.361</u>	<u>13.546.024</u>

(*) Transferência para o circulante em atendimento ao “cash Sweep” (nota explicativa nº14.1 (i5)).

Em 31 de dezembro de 2021:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	107.579	11.858.110
Encargos financeiros provisionados	1.065.858	1.023.979
Encargos financeiros pagos	(1.061.058)	-
Amortização de principal	(51.342)	-
Transferências	55.083	(55.083)
Custos de transação	601	-
Transferências de custo de transação	(601)	601
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>116.120</u>	<u>12.827.607</u>

(a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES Direto e Indireto.

Vencimento das parcelas - não circulante (principal)

	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>Após 2028</u>	<u>Total</u>
Principal	<u>13.703</u>	<u>65.553</u>	<u>144.216</u>	<u>222.879</u>	<u>222.879</u>	<u>12.455.025</u>	<u>13.124.255</u>
	<u>13.703</u>	<u>65.553</u>	<u>144.216</u>	<u>222.879</u>	<u>222.879</u>	<u>12.455.025</u>	<u>13.124.255</u>

Esta composição não considera o custo de transação.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Banco da Amazônia S.A. - FNO

As parcelas liberadas decorrem do contrato de financiamento firmado entre a Companhia e o Banco da Amazônia S.A. em 11 de março de 2009 e aprovado com base na Decisão de Diretoria nº 1.120/2008, de 16 de dezembro de 2008, com interveniência da Companhia e dos acionistas da Controladora, no valor total de R\$ 503.420, cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. O referido contrato de financiamento teve como objetivo a implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (nota explicativa nº 1).

Vencimento das parcelas - não circulante (principal)

	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Principal	52.624	57.970	63.845	70.322	77.382	109.688	431.831
	<u>52.624</u>	<u>57.970</u>	<u>63.845</u>	<u>70.322</u>	<u>77.382</u>	<u>109.688</u>	<u>431.831</u>

Esta composição não considera o custo de transação.

Prática Contábil:

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros que são, obrigatoriamente, resgatáveis em uma data específica são classificados como passivo.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

(i) Condições:

Em dezembro de 2018, a Companhia renegociou (reperfilamento) sua dívida no montante de R\$ 9,7 bilhões com o BNDES e demais bancos repassadores (Santander, Bradesco, Itaú, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e Haitong), adequando o fluxo de pagamento de sua principal dívida à sua capacidade de geração de caixa.

Essa renegociação teve como principais alterações:

1. Extensão do prazo da dívida de 2034 para 2040.
2. Carência de principal até dezembro de 2024, passando a ser amortizado a partir de janeiro de 2025.
3. Alteração dos indexadores da dívida: BNDES Direto de TJLP + 2,40% a.a. para TLP + 3,9% a.a. BNDES Indireto (bancos repassadores) de TJLP + 3,3% a.a. para TLP + 4,7% a.a.
4. Pagamentos graduais dos juros correspondentes aos percentuais da dívida, conforme segue:

dez-21 a jun-22	jul-22 a dez-23	jan-24 a dez-24	jan-25
0%	77%	89%	100%

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. O Contrato de financiamento prevê que no final de cada exercício, o excedente a R\$ 378.000 (base dez/22) de caixa livre, seja repassado aos credores (BNDES, Bancos Repassadores e FI FGTS somente a partir de abr/24) para amortização dos financiamentos.

Em setembro de 2021, o BNDES lançou uma medida emergencial para suspensão de pagamentos (*Standstill*) por até 07 meses, entre dezembro/21 e junho/22, para as usinas hidrelétricas acima de 50 MW de capacidade instalada, com o objetivo de mitigar os efeitos adversos da crise hídrica. A Companhia aderiu ao programa, de forma integral no dia 12 de dezembro de 2021 com o BNDES Direto e Indireto (Repasse), com a postergação de 07 parcelas de juros e principal. Tais parcelas foram capitalizadas (acrescidas) ao saldo devedor, sem incidência de juros de mora durante o período de suspensão e sem alteração do prazo de amortização da dívida.

(ii) Garantias:

Para assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes dos Contratos de Financiamentos e Escritura de Debêntures, foram constituídas as seguintes garantias:

- (a) Penhor da totalidade das ações da Companhia de propriedade da Madeira Energia S.A. - MESA, acionista e Controladora integral da Companhia, dando as mesmas para o BNDES por meio da celebração do contrato de penhor de ações e outras avenças.
- (b) Cessão fiduciária entre a Companhia e o BNDES, envolvendo os direitos de titularidade da mesma, em decorrência do Contrato de Concessão de Uso do bem público para geração de energia elétrica, incluindo os direitos creditórios de sua titularidade referentes aos Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVEs) e os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), Contratos de Compra de Reduções de Emissão de Carbono (CCRECs), se vierem a ser firmados, e cessão condicional dos contratos do projeto de execução da Usina Hidrelétrica Santo Antônio.
- (c) Suporte de acionistas e outras avenças para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato de financiamento.
- (d) Suporte de acionistas para cobertura de insuficiências que vierem a ocorrer na execução do projeto, além de frustrações das fontes de recursos previstas para utilização nos investimentos do projeto.
- (e) Fianças de Furnas, Eletrobras, Cemig e Controladora para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações dos contratos de financiamento e insuficiências que ocorrerem na execução ou frustrações das fontes de recursos previstas para o projeto.
- (f) Suporte de acionistas suplementar e outras avenças para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato de financiamento suplementar.

(iii) Cláusulas restritivas:

A Companhia possui contratos de financiamentos junto ao BNDES e debêntures (nota explicativa nº 14.2), os quais possuem cláusulas restritivas (“*covenants*”) financeiras e não financeiras.

“*Covenants*” são cláusulas contratuais, exigidas nos contratos de financiamentos e empréstimos, que controlam as atividades da Companhia, criadas para proteger o interesse do credor. Estes indicadores estabelecem condições que não podem ser descumpridas. Caso isto ocorra, e se configurado o descumprimento de quaisquer “*covenants*”, o credor poderá exigir o vencimento antecipado da dívida (“*default*”).

Principais cláusulas:

- (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida mínimo em 1,2 até 2024, e em 1,3 de 2025 até o final da liquidação dos financiamentos.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 0,25 (aplicável apenas para a 2^a e 3^a emissão de debêntures).
- (c) Índice de Dívida líquida/Patrimônio Líquido menor ou igual a 3,5 (aplicável apenas para a 1^a emissão de debêntures).
- (d) Sem prévia e expressa autorização dos credores, realizar distribuição de dividendos ou pagamento a acionistas.
- (e) Constituir garantias de qualquer espécie com outros credores.
- (f) Firmar contrato de mútuo com acionistas, diretos ou indiretos, com pessoas físicas ou jurídicas, componentes do grupo econômico a que pertença a SAE.
- (g) Protesto legítimo de títulos contra a Companhia em montante individual ou agregado superior a R\$ 20.000, salvo se for validamente comprovado pela Companhia que: (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que tal erro ou má-fé tenha sido comprovado pela Companhia dentro do prazo de 30 dias contados da data do respectivo evento, (ii) o protesto foi cancelado no prazo legal, ou ainda (iii) foram prestadas garantias em juízo.
- (h) Apresentar ao BNDES, nas épocas devidas, a Licença de Operação do Projeto ora financiado, oficialmente publicada, expedida pelo órgão ambiental competente.
- (i) Cumprir e se manter em conformidade com todas as obrigações socioambientais a que está sujeita por força da legislação socioambiental vigente e, a critério razoável dos Agentes, com os padrões definidos pelos Princípios do Equador (aplicável apenas para o BNDES Repasse, FNO, 2^a e 3^a emissão de debêntures).
- (j) Enviar relatório informando o número de funcionários administrativos e operacionais ao fim de cada trimestre.
- (k) Constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias de qualquer espécie em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas ao BNDES, excetuando-se as garantias relativas aos negócios de gestão ordinária da Companhia e de sua Controlada. Nas hipóteses de prestação de garantia em operações relativas aos negócios de gestão ordinária da Companhia e de sua Controladora cujo valor seja superior a R\$ 100.000, a Controlada deverá enviar comunicação, por escrito, ao BNDES, no prazo de até 5 dias úteis contados da data de constituição de tal garantia.
- (l) Ocorrência de um Impacto Adverso Relevante, definido como alteração material (i) nas condições econômico-financeiras da Companhia que possa prejudicar suas atividades da maneira como são conduzidas atualmente, (ii) no Projeto, nos negócios, operações, propriedades ou resultados da Companhia, ou (iii) na capacidade da Companhia cumprir suas obrigações financeiras, socioambientais ou de implantação do Projeto.
- (m) Alteração do controle acionário da Companhia e/ou de seus Intervenientes, sem a prévia e expressa anuência do BNDES, dos agentes financeiros do Repasse e FNO, excetuadas as transferências de ações de um Interveniente para sociedade sob controle comum desse Interveniente.
- (n) Deixar de manter em vigor, válidas e eficazes as garantias descritas nos Contratos de Financiamentos, bem como deixar de reforçar, substituir, repor ou complementar quaisquer das referidas garantias, com outras garantias relativas ao Projeto, se tais garantias forem objeto de penhora, sequestro, arresto ou qualquer outra medida judicial ou administrativa.

Conforme obrigação dos contratos de financiamentos e nas escrituras das debêntures (nota explicativa nº 14.2), os indicadores financeiros são apurados anualmente, a partir do exercício social encerrado. Contudo, a Companhia realiza o monitoramento destes indicadores trimestralmente.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Indicadores financeiros não atendidos no exercício de 2022, com obtenção de “*waivers*”:

- Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 0,25 (aplicável apenas para a 3ª emissão de debêntures): “*waiver*” obtido em 31 de outubro de 2022 com vigência até o encerramento do exercício de 2022;
- Índice de Dívida líquida/Patrimônio Líquido menor ou igual a 3,5 (aplicável apenas para a 1ª emissão de debêntures): “*waiver*” obtido em 14 de dezembro de 2018 com vigência até o encerramento do exercício de 2028.

Esses índices possuem apurações anuais e são apurados somente após a divulgação do resultado do exercício.

Os contratos de financiamento contêm cláusula que estabelece a faculdade dos credores poderem exercer o direito de “declarar o vencimento antecipado da dívida” em razão da ocorrência do pedido de recuperação judicial de qualquer um dos intervenientes nos respectivos contratos, o que ocorreu no segundo trimestre de 2019 com as empresas intervenientes Odebrecht Participações e Investimentos S.A. (“OPI”), Novonor Energia do Brasil S.A. (“NEB”) e Odebrecht S.A.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia obteve declaração por escrito dos credores, afirmando que, em virtude da recuperação judicial acima mencionada, bem como dos fatos conhecidos até o momento, não exercerão a faculdade de “declarar o vencimento antecipado da dívida” para os próximos doze meses.

Ademais, em 31 de dezembro de 2022, com exceção dos *waivers* acima mencionados, a Companhia atendeu a todos os “*covenants*” exigidos, conforme obrigações descritas nos Contratos de Financiamentos e Escrituras de debêntures.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14.2 Debêntures

Composição:

	Série	Valor unitário (em reais)	Remuneração	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021
				Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Total
Passivo circulante								
1ª emissão (a)	1ª	R\$ 1.000,00	IPCA + juros de 6,5% a.a.	115.425	30.417	(50)	145.792	(50)
2ª emissão (b)	Única	R\$ 100.000,00	IPCA + juros de 6,2% a.a.	-	-	-	-	199.703
3ª emissão (c)	1ª	R\$ 10.000,00	IPCA + juros de 7,05% a.a.	-	-	-	-	134.261
	2ª		IPCA + juros de 7,49% a.a.	208.220	146.228	(1.336)	353.112	207.444
				323.645	176.645	(1.386)	498.904	541.358
Passivo não circulante								
1ª emissão (a)	1ª	R\$ 1.000,00	IPCA + juros de 6,5% a.a.	2.515.452	-	(355)	2.515.097	2.359.311
	2ª			809.346	1.743.169	(355)	2.552.160	2.262.859
3ª emissão (c)	2ª	R\$ 10.000,00	IPCA + juros de 7,49% a.a.	166.280	108.012	(390)	273.902	583.244
				3.491.078	1.851.181	(1.100)	5.341.159	5.205.414
				3.814.723	2.027.826	(2.486)	5.840.063	5.746.772

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação de debêntures

Em 31 de dezembro de 2022:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	541.358	5.205.414
Encargos financeiros provisionados	254.320	459.142
Encargos financeiros pagos	(200.389)	-
Amortização	(421.970)	-
Transferência	324.830	(324.830)
Amortização de custos de transação	2.188	-
Transferências de custo de transação	(1.433)	1.433
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>498.904</u>	<u>5.341.159</u>

Em 31 de dezembro de 2021:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	306.533	4.902.313
Encargos financeiros provisionados	216.642	699.322
Encargos financeiros pagos	(126.877)	-
Amortização	(253.776)	-
Transferência	398.410	(398.410)
Amortização de custos de transação	2.615	-
Transferências de custo de transação	(2.189)	2.189
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>541.358</u>	<u>5.205.414</u>

(a) 1ª Emissão

Em setembro de 2012, a Companhia celebrou contrato para emissão de 1.520.120 debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantias adicionais, divididas em duas séries, sendo a 1ª série recebida em 25 de outubro de 2012, no valor de R\$ 760.060 (R\$ 770.448, atualizados até a data de recebimento) e a 2ª série recebida em 28 de junho de 2013, no valor de R\$ 760.060 (R\$ 809.346, atualizados até a data de recebimento), tendo o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS) como debenturista, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e representante do debenturista e a Controladora como interveniente anuente.

O objetivo desta emissão foi captar recursos para desenvolvimento, implantação e construção do projeto original da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado para a exploração da concessão (nota explicativa nº 1).

O FI-FGTS, na qualidade de debenturista, compartilha das mesmas garantias e cláusulas restritivas apresentadas na nota explicativa nº 14 (i) e (ii), exceto pelo subitem (e), cuja fiança é emitida por Furnas e Cemig para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações dos contratos de financiamento e insuficiências que ocorrerem na execução ou frustrações das fontes de recursos previstas para o projeto.

Em 1º de abril de 2022, a “Fitch Ratings” colocou em observação negativa os “Ratings” Nacionais de Longo Prazo ‘BBB-(bra)’ de emissões de debêntures da Companhia, que estavam em perspectiva estável.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os debenturistas compartilham das mesmas garantias e cláusulas restritivas apresentadas na nota explicativa nº 14.1 (ii) e (iii).

Em 26 de setembro de 2022, a “*Fitch Ratings*” retornou para perspectiva estável os “*Ratings*” Nacionais de Longo Prazo ‘BBB-(bra)’ de emissões de debêntures da Companhia.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 15 (quinze) parcelas anuais, sendo: (i) 1ª série a partir de outubro/2023 e (ii) 2ª série a partir de junho/2024.

No item (d) desta nota apresentamos os valores anuais das parcelas das debêntures.

(b) 2ª Emissão-Totalmente liquidada em 27 de dezembro de 2022.

Em dezembro de 2012, a Companhia emitiu 4.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, recebida em 24 de janeiro de 2013, no valor atualizado de R\$ 424.924. O valor nominal unitário das debêntures é R\$ 100, totalizando R\$ 420.000, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas e a Controladora, como interveniente anuente.

O objetivo desta emissão foi captar recursos para desenvolvimento, implantação e construção do projeto original da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado para a exploração da concessão (nota explicativa nº 1).

Os debenturistas compartilham das mesmas garantias e cláusulas restritivas apresentadas na nota explicativa nº 14.1(ii) e (iii).

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente (junho e dezembro), parte do principal já foi amortizado sendo: 5,5% em 27 de dezembro de 2017; 17,5% em 27 de dezembro de 2019 e 25,0% em 27 de dezembro de 2020 e 24,0% em 27 de dezembro de 2021.

(c) 3ª Emissão

Em 15 de abril de 2014, a Companhia emitiu 70.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais, nominativas, da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória, divididas em duas séries, totalizando o montante de R\$ 700.000, para distribuição pública, nos termos da instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário e representante dos debenturistas e a Controladora como interveniente anuente. As duas séries foram recebidas entre os dias 02 e 05 de maio de 2014, sendo a 1ª série de R\$ 200.000 (R\$ 201.000, atualizados até a data de recebimento) e a 2ª série no valor de R\$ 500.000 (R\$ 504.000, atualizados até a data de recebimento).

O objetivo desta emissão foi de captar recursos para viabilização e implementação das 50 unidades geradoras da UHE Santo Antônio.

Os debenturistas dessa 3ª emissão compartilham das mesmas garantias e cláusulas restritivas apresentadas na nota explicativa nº 14.1 (ii) e (iii).

Em 1º de abril de 2022, a “*Fitch Ratings*” colocou em observação negativa os *Ratings* Nacionais de Longo Prazo ‘BBB-(bra)’ de emissões de debêntures da Companhia, que estavam em perspectiva estável.

Em 26 de setembro de 2022, a “*Fitch Ratings*” retornou para perspectiva estável os “*Ratings*” Nacionais de Longo Prazo ‘BBB-(bra)’ de emissões de debêntures da Companhia.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente (abril e outubro). A 1ª série foi totalmente amortizada até abril de 2022 e 25,1% da 2ª série foi amortizada em abril de 2022.

Próximas amortizações:

2ª série - 55,6% em 15 de abril de 2023 e o saldo remanescente em 15 de abril de 2024.

No item (d) desta nota apresentamos os valores anuais das parcelas das debêntures.

(d) Vencimento das parcelas de debêntures - não circulante (principal e encargos¹)

	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>Após 2028</u>	<u>Total</u>
Principal e Encargos	<u>624.134</u>	<u>349.843</u>	<u>349.843</u>	<u>349.843</u>	<u>349.843</u>	<u>3.318.753</u>	<u>5.342.259</u>
¹	<u>624.134</u>	<u>349.843</u>	<u>349.843</u>	<u>349.843</u>	<u>349.843</u>	<u>3.318.753</u>	<u>5.342.259</u>

¹ Juros e atualizações monetárias.

15 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
Circulante		
COFINS	15.307	18.349
PIS	3.291	3.891
COFINS (Parcelamento) (i)	25.650	22.581
PIS (Parcelamento) (i)	4.896	4.602
ICMS	4.243	3.538
INSS	1.106	423
ISS	1.050	343
Outros	1.743	898
	<u>57.286</u>	<u>54.625</u>
Não circulante		
COFINS (Parcelamento) (i)	47.356	65.509
PIS (Parcelamento) (i)	9.720	13.082
	<u>57.076</u>	<u>78.591</u>
	<u>114.362</u>	<u>133.216</u>

- (i) Em 17 de dezembro de 2021, a Companhia requereu o parcelamento convencional do PIS e da COFINS previsto no art. 10 da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002, totalizando o montante de R\$ 138.081, que será quitado em 60 parcelas mensais, atualizadas pela SELIC e acrescidas de 1% no mês do vencimento. Os pagamentos estão sendo realizados de acordo com os prazos legais.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Posição dos adiantamentos em 31 de dezembro de 2022:

	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
Circulante		
Saldo inicial	146.296	137.926
Transferência	63.569	146.417
Baixa por realização	<u>(145.595)</u>	<u>(138.047)</u>
	64.270	146.296
Não Circulante		
Saldo inicial	193.053	339.470
Transferência	<u>(63.569)</u>	<u>(146.417)</u>
	129.484	193.053
	<u>193.754</u>	<u>339.349</u>

Prática Contábil:

A Companhia recebeu adiantamentos de clientes pela venda de energia. As receitas destas operações são reconhecidas no resultado quando ocorrem os fornecimentos da energia contratada, cumprindo-se as obrigações de desempenho, nesta ocasião ocorrerão as baixas dos adiantamentos. Não existe atualização monetária nos adiantamentos.

17 ENCARGOS REGULAMENTARES

	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
Circulante		
Obrigações relacionadas ao P&D (i)	49.030	48.022
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	14.007	16.547
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	2.890	2.417
Ministério de minas e energia	1.444	599
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	867	725
Taxa de Fiscalização	<u>1.016</u>	<u>982</u>
	69.254	69.292
Não circulante		
Obrigações relacionadas ao P&D (i)	<u>24.814</u>	<u>12.135</u>
	24.814	12.135
	<u>94.068</u>	<u>81.427</u>

- (i) Montante indica o saldo a pagar para realização dos projetos de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento). Os montantes realizados são contabilizados em "Outros Ativos". Após encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao ativo (nota explicativa nº 09).

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 CAUÇÕES EM GARANTIA

	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
Circulante		
Cauções retidos fornecedores	18.271	20.567
	<u>18.271</u>	<u>20.567</u>
Não Circulante		
Cauções retidos fornecedores	2757	324
Cauções retidos fornecedores Arbitragem nº 21.511/ASM/JPA	-	769.573
	<u>2.757</u>	<u>769.897</u>
	<u>21.028</u>	<u>790.464</u>

Contratualmente, as empresas prestadoras de serviço devem fornecer à Companhia uma garantia para a execução de obras e/ou serviços, quando aplicável. Essa garantia é feita por meio da retenção de até 5% (cinco por cento) do valor do pagamento a ser recebido pelo contratado, de todas as medições até o fim do contrato e de seus eventuais aditivos.

O montante refere-se, principalmente, às retenções de 5% dos valores pagos aos contratados com base nos contratos firmados de compra de máquinas e equipamentos, transporte e montagem das 50 unidades geradoras de energia e dos painéis de controle da UHE Santo Antônio. O montante retido é a garantia do cumprimento de todas as obrigações estabelecidas em contratos de serviços elegíveis.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R\$ 21.028 (dezembro de 2021 - R\$ 790.464, sendo R\$ 769.573 vinculado à Arbitragem nº 21.511/ASM/JPA, nota explicativa nº 1.6a).

19 CONCESSÕES A PAGAR

Trata-se da obrigação, assumida pela Companhia no Contrato de Concessão nº 001/2008 de Uso do bem público para a geração de energia, de recolher à União o pagamento total fixado de R\$ 379.267, em parcelas mensais iguais, sendo exigida, a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, ocorrida em 30 de março de 2012, até o 35º ano da concessão. O valor do pagamento é atualizado anualmente pelo IPCA, o montante total da obrigação é registrado pelo valor presente total do UBP até o final do contrato de concessão descontado à taxa de 6,94% a.a. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2022 totaliza R\$ 317.780 (dezembro de 2021 - R\$ 304.895).

Buscando refletir adequadamente a contraprestação pecuniária da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores da concessão foram registrados no ativo intangível (nota explicativa nº 12), em contrapartida do passivo.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19.1. Movimentação da concessão a pagar

Em 31 de dezembro de 2022:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	26.234	278.661
Atualização - IPCA	-	36.196
Ajuste a valor presente	(73)	3.917
Pagamentos	(27.155)	-
Transferências	28.957	(28.957)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>27.963</u>	<u>289.817</u>

Em 31 de dezembro de 2021

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	23.842	257.352
Atualização - IPCA	-	25.001
Ajuste a valor presente	(60)	23.615
Pagamentos	(24.855)	-
Transferências	27.307	(27.307)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>26.234</u>	<u>278.661</u>

19.2. Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante:

2024	30.497
2025	31.604
2026	32.423
2027	33.210
2028	34.016
2029 a 2043	128.067
	<u>289.817</u>

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 PROVISÕES SOCIOAMBIENTAIS

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante		
Compensação ambiental (i)	14.504	20.123
Programas básicos ambientais (ii)	144.290	191.751
	158.794	211.874
Não circulante		
Compensação ambiental (i)	77.723	75.620
Programas básicos ambientais (ii)	96.522	216.764
	174.245	292.384
	<u>333.039</u>	<u>504.258</u>

- (i) O saldo registrado em “Compensação ambiental”, calculado com base na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09, corresponde a 0,5% (R\$ 56.159) do valor de referência do empreendimento, conforme definido na Licença de Operação nº 1.044/11, expedida pelo IBAMA. Esses recursos são destinados a compensar os impactos ambientais não mitigáveis causados pela obra e em 31 de dezembro de 2022 totalizam R\$92.227 (dezembro de 2021 - R\$ 95.743).
- (ii) Nas rubricas “Programas básicos ambientais” estão registradas as estimativas da Administração em relação aos gastos socioambientais em cumprimento às condicionantes previstas nas Licenças de Instalação nº 540/2008, Licença de Operação nº 1.044/2011 - 1ª Renovação, 2ª Retificação e na Autorização Especial nº 15/2018, todas expedidas pelo IBAMA.

Essas licenças determinam o atendimento aos 28 programas ambientais constantes do Programa Básico Ambiental (PBA) da Hidrelétrica Santo Antônio por meio da adoção de medidas que visam impedir, mitigar ou, excepcionalmente, compensar impactos identificados nos monitoramentos ambientais também exigidos pelo IBAMA, tais como:

- Programa de Monitoramento do Lençol Freático.
- Programa de Monitoramento Sismológico.
- Programa de Monitoramento Climatológico.
- Programa de Conservação da Flora.
- Programa de Conservação da Fauna.
- Programa de Conservação da Ictiofauna.
- Programa de Saúde Pública.
- Programa de Remanejamento da População Atingida.
- Programa de Apoio às Comunidades Indígenas.
- Programa de Compensação Social.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação dos Programas básicos ambientais no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	191.751	216.764
Reavaliação da Provisão (iii)	(3.942)	37.568
Reclassificação para Contingência (iv)	(28.661)	(86.656)
Atualização - IPCA	3.818	12.994
Realizações	(102.824)	-
Transferências	84.148	(84.148)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>144.290</u>	<u>96.522</u>

(iii) Reavaliação da Provisão Socioambiental com contrapartida em Imobilizado (Terrenos) e Intangível (Licença de Operação), respectivamente notas explicativas nº 11 e 12, conforme prática contábil descrita na sequência.

(iv) Para melhor apresentação, a Companhia reclassificou os processos socioambientais contingenciados que totalizam R\$ 115.317, da rubrica de Provisões Socioambientais para a rubrica de Provisões para Contingências (nota explicativa nº 23).

Movimentação dos Programas básicos ambientais no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	180.467	204.620
Adições	14.368	-
Atualização monetária - IPCA	3.979	25.687
Realizações	(20.606)	-
Transferências	13.543	(13.543)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>191.751</u>	<u>216.764</u>

Movimentação das Compensações Ambientais em 31 de dezembro de 2022:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.123	75.620
Atualização - IPCAE	-	5.673
Pagamentos	(9.189)	-
Transferências	3.570	(3.570)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>14.504</u>	<u>77.723</u>

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação das Compensações Ambientais em 31 de dezembro de 2021:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2020	13.339	70.939
Atualização monetária - IPCAE	-	11.465
Transferências	6.784	(6.784)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.123	75.620

Prática Contábil:

O IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, concedeu licenças ambientais para a Companhia, as quais impõem condicionantes para a construção e operação do empreendimento. Os gastos relacionados às Condicionantes foram estimados com base nos custos históricos e pesquisa de mercado. Tal estimativa foi submetida à aprovação do Conselho de Administração da Companhia, quando da aprovação do Plano de Negócios.

A Companhia registra a provisão socioambiental de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015 em consonância com os CPC 27, CPC 04 e a Orientação OCPC 05, que prevê que os valores referentes às condicionantes socioambientais incorporem o custo dos imobilizados (LI-Licença de Instalação) e intangível (Licença de Operação).

Cabe ressaltar que referida Orientação possibilita o ajuste futuro da provisão em contrapartida ao imobilizado e ou intangível, pois há complexidade em estimar gastos futuros com total certeza.

A Companhia, sempre que necessário, reavalia os compromissos assumidos com os diversos órgãos e fornecedores afim de sempre apresentar a melhor estimativa dos gastos com as Condicionantes Socioambientais.

21 OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante		
Credores Diversos	8.135	5.110
	8.135	5.110
Não Circulante		
Credores Diversos	1.296	2.043
<i>Waiver fee</i> (i)	80.776	-
	82.072	2.043
	90.207	7.153

(i) *Waiver fee* devido à 1ª Emissão de debêntures da SAESA, cujo único debenturista é o FI-FGTS, como condição autorizativa à renegociação (reperfilamento) dos empréstimos ocorrida em dez/2018 (nota explicativa nº 14.1 (i)). Referido *waiver* não alterou as condições das debêntures existentes (nota explicativa 14.2), sendo, portanto, reconhecido como “outras contas a pagar” contra o “resultado financeiro”.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Apesar do *waiver fee* ter sido negociado e aprovado em dezembro de 2018, no processo de renegociação da dívida, o reconhecimento foi efetuado apenas em 2022 pela Companhia, em conexão com a conclusão do processo de discussão dos termos da consolidação da escritura das debêntures no final do ano de 2022 e fará, em conjunto com o debenturista e agente fiduciário, a formalização em assembleia geral de debenturista no primeiro trimestre de 2023. Considerando a materialidade do montante, a administração optou pelo reconhecimento no exercício atual.

22 OUTRAS PROVISÕES

	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
Circulante		
Encargos de uso da rede elétrica (i)	-	168.032
Não Circulante		
Consórcio Construtor Santo Antônio (ii)	-	492.017
	<u>-</u>	<u>660.049</u>

- (i) Em 19 de agosto de 2021, a Companhia obteve êxito liminar em medida judicial perante o TRF1 (Tribunal Regional da 1ª Região), determinando que não fosse aplicado o período de transição da tarifa de uso do sistema de transmissão do setor elétrico (“TUST”) até o esgotamento da fase administrativa na ANEEL. Neste sentido, no dia 24 de maio de 2022, foi julgado o processo administrativo que encerrou e afastou, de forma definitiva, a aplicação de um período de transição entre TUSTs. A decisão favorável faz com que a Companhia não precise desembolsar o valor da diferença entre as tarifas e já utilize a nova TUST estabelecida pela ANEEL a partir de julho de 2021. Com a decisão favorável, a Companhia reverteu a provisão em 2022;
- (ii) Nessa rubrica, estava registrada a provisão dos gastos incorridos com greves e paralisações ocorridas entre os anos de 2009 e 2013, que resultaram em elevação dos custos do CCSA com o Contrato EPC em função da improdutividade e da concessão de aumentos salariais e outros benefícios aos trabalhadores do Consórcio, objeto da Arbitragem nº 21.511/ASM/JPA. Este montante foi totalmente liquidado por meio dos acordos realizados com as partes da Arbitragem (nota explicativa 1.6a), revertendo referida provisão em 2022.

Prática Contábil:

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

23 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração da Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- 23.1. Perda provável - são processos em que existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia faz provisão e destaca em nota explicativa.

Composição:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Cíveis (i)	198.724	26.369
Ambiental (ii)	-	16.568
Trabalhista	4.058	1.113
	<u>202.782</u>	<u>44.050</u>
	<u>202.782</u>	<u>44.050</u>

Movimentação:

	Ambientais (i)	Trabalhistas	Cíveis (ii)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	16.568	1.113	26.369	44.050
Novos processos / complementos	-	7.736	72.155	79.891
Reclassificações - socioambientais ¹	-	-	115.317	115.317
Reversões	(17.860)	(2.161)	(4.647)	(24.668)
Baixa pagamento	-	(2.754)	(16.400)	(19.154)
Atualizações monetárias	1.292	124	5.930	7.346
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>4.058</u>	<u>198.724</u>	<u>202.782</u>
	Ambientais (i)	Trabalhistas	Cíveis (ii)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.914	750	27.776	44.440
Novos processos / complementos	-	381	5.191	5.572
Reversões	-	-	(6.783)	(6.783)
Baixa pagamento	-	(110)	-	(110)
Atualizações monetárias	654	92	185	931
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>16.568</u>	<u>1.113</u>	<u>26.369</u>	<u>44.050</u>

(i) Administrativos ambientais

Refere-se a auto de infração lavrado pelo IBAMA em dezembro de 2008 em desfavor da Companhia, decorrente de morte de peixes causada por poluição supostamente decorrente das obras de implantação da UHE Santo Antônio, no Rio Madeira, município de Porto Velho - RO.

(ii) Cíveis

Trata-se, majoritariamente, de (i) ações movidas contra a Companhia por possíveis impactos da implantação e operação da UHE Santo Antônio no agravamento da cheia de 2014 ou desbarrancamento das margens do rio Madeira e consequentes danos a imóveis (ii) pagamento de eventual valor complementar definido em juízo nas ações de desapropriação tentada pela Companhia relacionada aos imóveis necessários para composição do reservatório da UHE Santo Antônio e; (iii) ações de execução para entrega de imóveis destinados à compensação de área de Reserva Legal já entregues à comunidade reassentada pela Companhia por ocasião da implantação da UHE Santo Antônio para produção agrícola.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(1) Para melhor apresentação, a Companhia reclassificou os processos socioambientais contingenciados que totalizam R\$ 115.317, da rubrica de Provisões Socioambientais (Nota explicativa nº 20) para a rubrica de Provisões para Contingências.

23.2. Perda possível - são processos em que a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa.

Em 31 de dezembro de 2022, existem processos judiciais cujo valor em discussão totaliza o montante de R\$ 3.635.884, conforme demonstrados a seguir, cuja perda foi estimada como possível, as quais são periodicamente reavaliadas pelos assessores jurídicos externos e pela Administração da Companhia, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

Perdas possíveis

	Ambientais (i)	Trabalhistas (ii)	Tributárias (iii)	Cíveis (iv)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	29.262	785	681.416	3.432.694	4.144.157
Novos processos / complementos	16.914	4.074	260.940	76.551	358.479
Reversões	-	(256)	(48.577)	(1.103.842)	(1.152.675)
Atualizações monetárias	3.794	10	55.518	226.601	285.923
Saldos em 31 de dezembro de 2022	49.970	4.613	949.297	2.632.004	3.635.884

	Ambientais (i)	Trabalhistas (ii)	Tributárias (iii)	Cíveis (iv)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	51.498	2.578	938.572	3.043.701	4.036.349
Novos processos / complementos	-	-	106.205	311.366	417.571
Reversões	(23.268)	(1.894)	(374.745)	(175.450)	(575.357)
Atualizações monetárias	1.032	101	11.384	253.077	265.594
Saldos em 31 de dezembro de 2021	29.262	785	681.416	3.432.694	4.144.157

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível destacam-se as seguintes:

(i) Administrativos ambientais

Autos de infração referentes a questões ambientais ocorridas na implantação ou operação da Hidrelétrica Santo Antônio.

(ii) Trabalhistas

Diversas ações, nas quais a Companhia responde, em sua maioria, subsidiariamente, em que questionam, entre outros, verbas trabalhistas, tais como, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade.

(iii) Tributárias

Processos administrativos ou judiciais para discussão de (i) não homologação de pedidos de compensação formalizados perante a Delegacia Especial da Receita Federal; (ii) não homologação de compensação de IRRF; (iii) defesa em autos de infração e demandas judiciais questionando o recolhimento de ISSQN devido pela SAE em razão de prestadores de serviço da Companhia; (iv) multas relativas ao cumprimento de obrigações acessórias relacionadas ao PIS e a COFINS; (v) Defesa em notificação recebida da Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia-SEFIN-RO para proceder o levantamento e o recolhimento das diferenças de ICMS relativas ao Diferencial de Alíquota das operações de entradas interestaduais de mercadorias eventualmente realizadas, ambos na vigência do Termo de Acordo de Regime Especial nº 058/2014.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Cíveis

As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, a indenização por suposta redução da quantidade de peixes no rio Madeira em razão da construção das Usinas Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau e conseqüente queda da produção pesqueira, a indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pela implantação ou operação da Hidrelétrica Santo Antônio (ou do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira) ou que pretendem majorar e/ou receber indenizações por conta das desapropriações realizadas.

Em junho de 2022, houve êxito em alguns processos, ocasionando a reversão por mudança no prognóstico para remoto, ante o reconhecimento judicial de prescrição sobre o pleito de processo de pesca, tendo em vista se tratar de matéria de ordem pública.

23.3. Contingências por solidariedade

Os passivos contingentes por solidariedade referem-se a pleitos formulados nas demandas judiciais em que a Companhia é parte e cuja liquidação espera-se que seja realizada pelas demais partes que ocupam o polo passivo do processo.

Em 31 de dezembro de 2022 as contingências por solidariedade com natureza cível, estimadas para a outra parte solidária, totalizam R\$1.359.323. Os processos em que há contingência por solidariedade são demandas cíveis que tratam de (i) indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pela implantação ou operação do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira e (ii) demandas ajuizadas pleiteando o cumprimento de obrigações relativas ao licenciamento ambiental das empresas do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira e deficiências na prestação de serviços públicos em comunidades supostamente impactadas pela implantação e operação dos empreendimentos.

	<u>31 de dezembro de 2022</u>		
	<u>Possível</u>	<u>Provável</u>	<u>Total</u>
Cível	<u>1.341.267</u>	<u>18.056</u>	<u>1.359.323</u>

23.4. Ativo Contingente- Ação nº 1012415-85.2018.4.01.3400/DF – Excludente de Responsabilidade

Ao longo do período de construção da UHE Santo Antônio foram deflagradas greves e manifestações que comprometeram o ritmo de obras. Os mencionados eventos foram reconhecidos pelo Judiciário como atos ilícitos, em demandas que tramitaram perante a Justiça do Trabalho.

Como resultado das greves, a obra da UHE Santo Antônio sofreu um incontornável atraso de 107 (cento e sete) dias, o que impossibilitou o cumprimento da integralidade dos compromissos contratuais. Assim, à luz das cláusulas contratuais, a Companhia solicitou à ANEEL que tais eventos fossem qualificados como caso fortuito e/ou de força maior, a fim de caracterizar hipótese de exclusão de responsabilidade pelo atraso no cronograma de obras da usina, com os respectivos consectários em relação ao cumprimento de contratos regulados, aplicação de penalidades, recolhimento de encargos etc.

Avaliando o tema, a Área Técnica da ANEEL recomendou o reconhecimento de excludente de responsabilidade e calculou o impacto de todos os movimentos “grevistas” no cronograma de implantação da UHE Santo Antônio em 84 (oitenta e quatro) dias e reconheceu como excludente de responsabilidade 56 (cinquenta e seis) dias. A Advocacia Geral da União, por sua vez, ao analisar os mesmos fatos, por meio da Procuradoria Federal na ANEEL, reconheceu que as paralisações extrapolaram a relação de emprego e suas manifestações (atos de vandalismo) deveriam ser

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

consideradas, sob o ponto de vista jurídico, como excludentes de responsabilidade. No entanto, a Diretoria Colegiada da ANEEL decidiu negar o pleito da Companhia, que por sua vez levou o tema para discussão de mérito no Judiciário.

Desta forma, a Companhia teve seu pedido parcialmente deferido, em 1ª instância, para desoneração dos impactos em 56 (cinquenta e seis) dias de atraso no cronograma pactuado. Ato contínuo, foi proferido Acórdão pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região que, por unanimidade, reforçou a excludente de responsabilidade com relação ao mesmo período. Por fim, no Superior Tribunal de Justiça, a sentença proferida em 1ª instância, reforçada por acórdão, vem se mantendo inalterada, restando pendente a interposição de Agravo em Recurso Especial pela ANEEL e eventual Agravo Interno.

Por fim, a Companhia estima que o reconhecimento de 56 (cinquenta e seis) dias como excludente de responsabilidade implicaria no deslocamento da curva de atendimento aos contratos das distribuidoras pelo mesmo período, o que traria um benefício econômico estimado em R\$ 1.500.000 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), considerando o volume total de energia verificado no período postergado, compreendido entre dezembro de 2012 a agosto de 2015, correspondente a 2.087 GWh.”

Em face de todo o exposto, considerando as decisões exaradas, o escritório que patrocina a causa classifica como remotas as chances de reversão do entendimento adotado e, conseqüentemente, como provável as chances de êxito da ação. Contudo, em atendimento as normas contábeis vigentes, referido processo não atingiu as condições necessárias ao registro do ativo, sendo divulgado apenas em nota explicativa.

23.5 Decisão do STF, referente matéria tributária transitada em julgado

Em fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, nos termos do julgamento, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou e, desta forma, havendo alteração, a decisão anterior pode deixar de produzir efeitos.

Tal precedente não traz conseqüências imediatas e relevantes para a Companhia, dado que não se utilizou de decisão transitada em julgado para deixar de recolher tributos de forma continuada.

Prática Contábil:

As provisões para contingências judiciais são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou não formalizadas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Um ativo contingente é divulgado por meio de nota explicativa, quando, de acordo com a classificação dos assessores jurídicos externos, for provável a entrada de benefícios econômicos.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital subscrito e integralizado

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovado o aumento de capital social na Controladora no valor de até R\$ 1.582.552, mediante a emissão de até 12.764.070.940 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 0,1240 (centavos) cada, a serem integralizadas em moeda corrente do País, para fins de integralização na Companhia para fazer frente aos impactos decorrentes do Procedimento Arbitral CCI 21.511/ASM/JPA (nota explicativa nº.1.6(a)).

A integralização do capital na Controladora foi realizada pelo acionista Furnas, em 02 e 09 de junho de 2022, nos montantes de R\$ 681.374 e R\$ 901.178, respectivamente.

Referidos montantes foram integralizados na Companhia em 03 e 10 de junho de 2022, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$11.246.908 dividido em 18.591.936.512 ações ordinárias nominativas (R\$9.664.356 dividido em 10.000.452.329 ações em 31 de dezembro de 2021), sem valor nominal, cuja titularidade integral da Madeira Energia S.A (Controladora).

Prática Contábil:

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

25 RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir estabelece o cálculo do prejuízo/lucro por lote de mil ações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (em milhares, exceto valor por lote de mil ações, apresentado em reais):

	<u>Exercícios findos em 31 de dezembro</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo/lucro do exercício	(2.920.523)	6.513
Média ponderada do número de ações ordinárias	14.873.209.750	10.000.452.329
Lucro básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em reais) (*)	<u>-</u>	<u>0,65</u>

(*) A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros e patrimoniais com efeito dilutivo.

Prática Contábil:

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do prejuízo do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Exercícios findos em 31 de dezembro</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecimento de energia à indústria	148.133	163.100
Suprimento de energia elétrica	<u>4.466.177</u>	<u>4.031.613</u>
	4.614.310	4.194.713
(-) Deduções da receita		
P & D	(40.205)	(30.926)
ICMS	(11.186)	(19.622)
PIS e COFINS	<u>(425.789)</u>	<u>(386.196)</u>
	(477.180)	(436.744)
Receita operacional líquida	<u><u>4.137.130</u></u>	<u><u>3.757.969</u></u>

Prática Contábil:

Venda de energia elétrica

A receita com energia elétrica é reconhecida no resultado mensalmente, de acordo com a entrega dos volumes de energia previstos nos contratos de fornecimento e suprimento de energia.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

As receitas de fornecimento de energia à indústria são oriundas da venda de energia aos consumidores, enquanto suprimento de energia elétrica representa as vendas destinadas aos revendedores de energia.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

27.1 Custos do serviço de energia elétrica

	Exercícios findos em 31 de dezembro					
	2022			2021		
	Custos dos serviços			Custos dos serviços		
	Com energia elétrica	De operação	Total	Com energia elétrica	De operação	Total
Direito de Concessão – GSF (i)	-	-	-	890.351	-	890.351
Energia comprada para revenda (ii)	(933.398)	-	(933.398)	(1.148.969)	-	(1.148.969)
Encargos de uso e conexão (iii)	(658.262)	-	(658.262)	(1.079.551)	-	(1.079.551)
(-) Perda Arbitragem CCSA (iv)	(734.095)	-	(734.095)	-	-	-
Créditos de Pis e Cofins	162.339	10.241	172.580	191.685	9.090	200.775
Outros encargos	-	(116.640)	(116.640)	-	(108.311)	(108.311)
Pessoal	-	(76.032)	(76.032)	-	(75.104)	(75.104)
Material	-	(24.651)	(24.651)	-	(12.064)	(12.064)
Serviços de terceiros	-	(130.741)	(130.741)	-	(75.613)	(75.613)
Depreciação e amortização	-	(847.542)	(847.542)	-	(840.508)	(840.508)
Outros (v)	-	(77.639)	(77.639)	-	(15.082)	(15.082)
	<u>(2.163.416)</u>	<u>(1.263.004)</u>	<u>(3.426.420)</u>	<u>(1.146.484)</u>	<u>(1.117.592)</u>	<u>(2.264.076)</u>

- (i) Ressarcimento de custo do GSF- *Generation Scaling Factor*, obtido por meio da repactuação prevista na Lei 14.052/2020;
- (ii) A Compras de energia em atendimento à estratégia comercial da Controlada, a fim de mitigar a exposição energética e financeira decorrente do risco hidrológico (GSF). Estas operações são realizadas com fornecedores bilaterais e por meio do ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A redução observada em 2022 é decorrente do GSF e PLD- Preço de Liquidação das Diferenças, menos agravado quando comparado com 2021;
- (iii) Encargo de uso da rede elétrica é uma obrigação decorrente do contrato firmado com o ONS (Operador Nacional do Sistema) e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante do uso do sistema de transmissão contratado pela UHE Santo Antônio Energia. A redução observada em 2022 é decorrente do estorno da provisão da Tust pela decisão favorável à Companhia no processo afastamento do período de transição para aplicação de nova tarifa;
- (iv) Perda decorrente da Arbitragem CCI 21.511/ASM/JPA sobre os dispêndios reembolsáveis (notas explicativas nº 1.6a);
- (v) Outros custos decorrentes da sentença desfavorável Arbitragem nº 21.511/ASM/JPA (nota explicativa nº 1.6a).

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27.2. Despesas gerais e administrativas

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Serviços de terceiros	(67.760)	(43.153)
Provisão para Contingências	(48.888)	1.593
Pessoal e administradores da entidade	(37.686)	(32.467)
Associações em Geral	(2.639)	(2.720)
Amortização e depreciação	(860)	(1.118)
Seguros	(600)	(487)
Alugueis e arrendamentos	(633)	(1.164)
Tributos	(117)	(216)
Outras	(2.857)	(825)
	<u>(162.040)</u>	<u>(80.557)</u>

28. RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	133.757	18.723
Outras receitas financeiras (i)	188.280	5.051
Variações monetárias moeda nacional	42.074	266.858
Variações monetárias (Uso do bem público)	13.638	9.447
(-) Tributos sobre receitas financeiras	<u>(17.300)</u>	<u>(35.058)</u>
	360.449	265.021
Despesas financeiras		
Juros de dívidas	(2.485.960)	(3.005.803)
(-) Perda Arbitragem CCSA (ii)	(675.204)	-
Variações monetárias (Uso do bem público)	(53.678)	(58.003)
Variações monetárias moeda nacional (i)	(320.079)	(380.235)
Outras despesas financeiras	<u>(66.048)</u>	<u>(30.830)</u>
	<u>(3.600.969)</u>	<u>(3.474.871)</u>
	<u>(3.240.520)</u>	<u>(3.209.850)</u>

- (i) Atualizações monetárias dos itens envolvidos no Procedimento Arbitral CCI 21.511/ASM/JPA (nota explicativa nº 1.6a).
- (ii) Perda reconhecida sobre os dispêndios reembolsáveis decorrentes da Arbitragem CCI 21.511/ASM/JPA (notas explicativas nº 1.6a).

Prática Contábil:

São registrados os juros dos passivos de arrendamentos, os efeitos dos encargos dos títulos de dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, e os ganhos e perdas referentes às aplicações financeiras.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29. PARTES RELACIONADAS

	Relação com a Companhia	Ativo		Passivo		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022			
						Receita		Despesa	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	2022	2021	2022	2021
Circulante									
CEMIG Geração e Transmissão S.A	(i)	132.027	107.041	8.218	7.533	1.687.148	1.518.678	95.932	93.947
CEMIG Distribuição S.A	(ii)	27.859	24.105	-	-	234.321	212.714	-	-
Novonor Serviços e Participações S.A	(i)	-	-	-	-	2.735	-	20.972	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A	(ii)	-	-	-	-	26.199	-	200.898	-
Construtora Norberto Odebrecht S.A	(ii)	-	-	-	-	77.272	-	592.543	-
Furnas Centrais Elétricas S.A	(i)	-	66	14.085	12.737	-	-	176.695	200.334
Não Circulante									
Construtora Norberto Odebrecht S.A	(ii)	-	-	-	57.317	-	-	-	-
		<u>159.886</u>	<u>131.212</u>	<u>22.303</u>	<u>77.587</u>	<u>2.027.675</u>	<u>1.731.392</u>	<u>1.087.040</u>	<u>294.281</u>

(i) Acionista da Controladora.

(ii) Grupo econômico de acionistas.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CEMIG Geração e Transmissão S.A. - A Companhia possui seis Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVEE) no Ambiente de Contratação Livre vigentes, dos quais quatro têm a SAE como vendedora) e dois como compradora de energia da CEMIG. Adicionalmente, a Companhia mantém com CEMIG Geração e Transmissão S.A. transações de encargos de uso da rede pelo serviço de transmissão de energia.

CEMIG Distribuição S.A. - A Companhia possui Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs, relativo à participação da CEMIG Distribuição S.A. no Leilão nº 05/2007 - ANEEL, no qual foram comercializados 70% da Garantia Física da UHE Santo Antônio (nota explicativa nº 1). A Cemig Distribuição comprou da Companhia 117,8 megawatts médios com prazo de suprimento compreendido entre 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2041 e 15,67 megawatts médios com prazo de vigência entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2046. Os contratos acima expostos estavam suspensos até 31 de dezembro de 2019 via Resolução ANEEL nº 711/2016.

Novonor Serviços e Participações S.A.- Acordo celebrado com o Grupo Civil ("GCIVIL") visando o encerramento definitivo do Procedimento Arbitral CCI 21.511/ASM/JPA (notas explicativas nº 1.6(a), 27.1 e 28).

Andrade Gutierrez Engenharia S.A.- Acordo celebrado com o Grupo Civil ("GCIVIL") visando o encerramento definitivo do Procedimento Arbitral CCI 21.511/ASM/JPA (notas explicativas nº 1.6(a), 27.1 e 28).

Construtora Norberto Odebrecht S.A.- Acordo celebrado com o Grupo Civil ("GCIVIL") visando o encerramento definitivo do Procedimento Arbitral CCI 21.511/ASM/JPA (notas explicativas nº 1.6(a), 27.1 e 28).

Furnas Centrais Elétricas S.A. - A Companhia possui contrato de compra de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre, em que atua como compradora de energia de 47,318 megawatts médios, com prazo de suprimento compreendido entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2027. Adicionalmente, a Companhia mantém com Furnas Centrais Elétricas S.A. transações de encargos de uso da rede pelo serviço de transmissão de energia.

Prática Contábil:

De acordo com sua governança, a Controlada pode realizar transações com partes relacionadas para aproveitar sinergias e alcançar eficiência operacional, melhorando, assim, seu resultado conjuntamente considerado, sendo realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas e prévia anuência dos credores, no caso de operações com valor superior a R\$ 10.000, garantindo que não haja negócios que beneficiem exclusivamente uma das partes.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os gastos com o pessoal chave da Administração, compostos pela Diretoria Estatutária, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, contemplam os salários e pró-labores, benefícios diretos e indiretos e seus respectivos encargos, seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Remuneração fixa (i)	6.378	7.212
Remuneração variável da Diretoria Estatutária	1.732	1.568
Benefícios diretos e indiretos	241	301
Total	8.351	9.081

(i) A remuneração é composta por salários, pró-labores e seus respectivos encargos.

30. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A Companhia tem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio da exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão associado, localizada no Rio Madeira, município de Porto Velho - RO, na condição de “Produtor Independente”, nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão. Sendo assim, a Administração da Companhia, responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da empresa, não se utiliza de informação por segmento para suas análises.

31. COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS

A Companhia possui compromissos contratuais relacionados a contratos de compras de energia, firmados em condições de mercado, cujos registros no resultado ocorrerão em suas competências futuras, ao longo dos prazos dos contratos.

Compra de Energia	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027
	838.661	691.983	735.421	726.724	625.553	2.603.896

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

32.1 Em 04 de janeiro de 2023, a *Fitch Rating* manteve a perspectiva estável os “*Ratings*” Nacionais de Logo Prazo “*BBB-(bra)*” de emissões de debêntures da Companhia.

32.2 Em 15 de fevereiro de 2023, em atendimento às condições dos contratos de financiamentos, a Companhia realizou a amortização extraordinária obrigatória (*cash sweep*) no valor de R\$ 536.235 (nota explicativa nº 14.1 (i5)).

* * *

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 78ED0573665D4EC686C6BB8E9D5C3B65
 Assunto: Complete com a DocuSign: Relatório_SANTOANTONIOENERGIADEZ22.PPA.pdf
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 68
 Certificar páginas: 2
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Lais Amaral
 Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água
 Branca
 São Paulo, SP 05001-100
 lais.amaral@pwc.com
 Endereço IP: 201.56.5.228

Rastreamento de registros

Status: Original 13 de março de 2023 17:45	Portador: Lais Amaral lais.amaral@pwc.com	Local: DocuSign
Status: Original 13 de março de 2023 18:02	Portador: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Local: DocuSign

Eventos do signatário

Vinicius Rego
 viniuus.rego@pwc.com
 PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card
 Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não disponível através da DocuSign

Assinatura

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo
 Usando endereço IP: 134.238.159.64

Registro de hora e data

Enviado: 13 de março de 2023 | 17:47
 Visualizado: 13 de março de 2023 | 18:02
 Assinado: 13 de março de 2023 | 18:02

Eventos do signatário presencial**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de entrega do editor****Status****Registro de hora e data****Evento de entrega do agente****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega intermediários****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega certificados****Status****Registro de hora e data****Eventos de cópia****Status****Registro de hora e data**

Lais Amaral
 lais.amaral@pwc.com

Copiado

Enviado: 13 de março de 2023 | 18:02
 Visualizado: 13 de março de 2023 | 18:02
 Assinado: 13 de março de 2023 | 18:02

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não disponível através da DocuSign

Eventos com testemunhas**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos do tabelião****Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de resumo do envelope****Status****Carimbo de data/hora**

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	13 de março de 2023 17:47
Entrega certificada	Segurança verificada	13 de março de 2023 18:02
Assinatura concluída	Segurança verificada	13 de março de 2023 18:02
Concluído	Segurança verificada	13 de março de 2023 18:02

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------